

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e três.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes.

Ao iniciar a Sessão, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, está quase a chegar e entretanto passaria a fazer a chamada dos Membros desta Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Dr. Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos.

Também o Sr. Deputado Eng. João Filipe Rodrigues Brito não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente a Sra. Deputada Dra. Vera Lúcia Mendes da Cunha não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pela Dra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra.

Também a Sra. Deputada Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituída pelo Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro.

Igualmente o Sr. Deputado Dr. João Luis Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. Ricardo Jorge Marques Figueiredo.

Também o Sr. Deputado Sebastião Pedro Borges Damas Barbosa não está presente.

Igualmente o Sr. Deputado Eng. Rafael Sousa Costa não está presente e apresentou a respetiva justificação e solicitou a sua substituição tendo sido substituído pelo Sr. António Jorge Pinto da Cunha Caetano.

Também o Sr. Deputado Dr. Rodrigo André Sousa Marques não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Eng. José Carlos Marques da Silva, não está presente e foi substituído pelo Secretário da Junta, Sr. Vítor Ferreira Marques.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovais e Vila Pouca da Beira, Eng. Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo e os Srs. Vereadores, Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito, Dra. Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Antes de iniciarmos os trabalhos quero colocar à votação a introdução na Ordem do Dia do Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.”

Efetuada a votação, a introdução na Ordem do Dia do Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, no valor de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros), como apoio à realização da “Feira do Porco e do Enchido - 2023”.

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), como apoio à construção de uma Casa Mortuária em Ervedal da Beira.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) e n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, do pedido de prorrogação de prazo de isenção de IMI – Vanessa Gonçalves Paiva - Ervedal da Beira.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 3ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital – Aprovação e submissão da versão final da Proposta de Plano à Assembleia Municipal e divulgação dos resultados da Discussão Pública.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2023 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2023.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, constituída pelas Grandes Opções do Plano, para os anos de 2024/2029; o Orçamento da Receita e da Despesa para 2024 e o Plano Orçamental Plurianual e ainda a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2024, que nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e do n.º 4 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de Orçamento.

VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Passaríamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte e três.

Pergunto se há alterações ao teor da ata. Não havendo alterações ao teor da ata passaríamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte e três, foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Hoje temos duas intervenções do público e, se nenhum Deputado se opuser, eu proponho que as intervenções sejam realizadas antes do Período da Ordem do Dia.”

De seguida deu início o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. António Manuel Garcia Simões que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é referente a uma lomba, com um ponto de luz, que anda há vários anos para ser construída e para pedir ajuda porque todos sabem qual é o meu problema há vários anos: O meu rebanho tem vários ataques com

os cães porque está numa zona de caça com um campo de treino. E não sei se o campo de treino está legal porque nunca ninguém me soube dizer. Os cães de caça ficam ali abandonadas e depois é uma desgraça como todos sabem.

Vinha aqui pedir ajuda, e também já pedi ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e à GNR, para se realizar uma reunião e para se chegar a um consenso para arranjar uma solução para isto.

O Clube de Caça e Pesca não liga e eu também já fiz queixa na GNR e comuniquei ao Presidente do Clube de Caça e Pesca e não tive resposta e cheguei a um ponto que não sei o que fazer e, como sabem, o prejuízo é muito.

Estamos num Concelho onde o Queijo da Serra é o rei e quando há algum problema basta falar em queijo ou em pastores e logo se resolve mas afinal nunca resolveram o meu problema e continua o prejuízo e eu venho aqui pedir ajuda.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Acompanhamos o Sr. António Manuel Garcia Simões há muitos anos com algumas preocupações e em relação às queixas que tem apresentado.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Uma nota prévia: Conheço o Sr. António Manuel Garcia Simões há muitos anos e conheço a atividade desenvolvida na área da ovinicultura e da produção de queijo sensivelmente desde 1998. Sei os progressos que fez na atividade e a dedicação que tem à atividade seja enquanto produtor/criador e produtor de queijo. Também ao longo deste tempo, como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e na altura Presidente da Câmara Municipal, acompanhámos as circunstâncias em que o Sr. António Simões teve prejuízos resultantes de ataques de cães assilvestrados e em todos os momentos o Município de Oliveira do Hospital, no anterior mandato e no atual mandato, esteve sempre ao lado do produtor/criador e do produtor de Queijo Serra da Estrela para minimizar os impactos desses mesmos prejuízos.

Dizer o seguinte: O Sr. António Manuel Garcia Simões esteve na última reunião pública da Câmara Municipal, em dezembro, onde expôs da forma que entendeu o seu problema e as questões que tinha com o Clube de Caça e Pesca

do Seixo da Beira e Vila Franca da Beira. A matéria que trouxe a essa reunião e traz novamente aqui, sobre o campo de treino e as circunstâncias dos caçadores usarem o campo de treino, com as implicações que têm junto do rebanho, eu próprio tive a oportunidade de ligar ao Sr. Presidente do Clube e dei-lhe conta daquilo que aqui foi apresentado em reunião de Câmara Municipal sensibilizando-o para os cuidados a ter e convidei-o para uma reunião de trabalho com o Presidente da Câmara Municipal e com o Sr. António Simões, desde que não haja inconveniente por parte do Clube de Caça e Pesca, e temos todas as condições para reunirmos os três para encontrarmos medidas que possam proteger o seu rebanho.

Depois, há outra questão, e eu estou a ir além daquilo que o Sr. António Simões aqui revelou, se há questões que têm a ver com o uso abusivo do campo de treinos essa matéria não tem a ver com a Câmara Municipal, como lhe disse na altura, eu não sou polícia, há forças de segurança. Se há atividades que não decorrem dentro daquilo que o Senhor evoca como não estando dentro da lei terá que fazer queixa às autoridades. Disse aqui que já fez queixa à GNR.

Para concluir: Da parte da Câmara Municipal e do Presidente, eu já fiz contactos junto do Presidente do Clube de Caça e Pesca e ele tem disponibilidade para reunir. Se o Senhor quiser também reunir será ótimo para resolver esta questão e proteger o seu rebanho.

Relativamente aos prejuízos que teve, como sabe, isto é matéria que na reunião pública da Câmara Municipal eu não o fiz e também não o vou fazer aqui porque sempre acompanhámos o produtor/criador e sempre foi ressarcido desses prejuízos. Portanto nesse aspeto tem tido sempre na Câmara Municipal alguém que o ouça e que tenha agido no sentido de resolver e mitigar o impacto dos problemas no rebanho.

No que diz respeito à lomba junto do pavilhão: Recebi a sua esposa numa reunião, e foi ela que me expôs este assunto, e é uma situação que tem de ser avaliada e está encaminhada para a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, para o Sr. Eng.º Fernando Vicente, para avaliar a implantação de uma lomba naquele local.

Quanto à colocação de braços de iluminação pública, aquilo que designou como ponto de luz eu não sei se há algum pedido da sua parte e não sei se há algum pedido da Junta de Freguesia. Portanto é uma questão que tem de ser avaliada junto dos serviços e se há algum pedido ele com certeza foi remetido à E-Redes, ou seja à EDP, para avaliarem a colocação desse ponto de luz.”.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Sugeria ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e conhecendo também o Sr. António Manuel Garcia Simões há muitos anos, um homem dedicado à pastorícia, uma pessoa muito trabalhadora, e acho que era importante essa reunião conjunta para se chegar a um acordo.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. João Rogério Veloso da Silva que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de trazer uma oportunidade de melhoria ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para ser analisada pelo seu Executivo e que diz respeito à Iluminação Natalícia na cidade.

Gostaria de destacar e parabenizar a excelente iluminação festiva na cidade no entanto foi desperdiçada uma oportunidade de capitalizar o comércio local. Temos que perceber que nestas datas devemos ser criativos. Esta é uma das datas comemorativa mais rentáveis. Quando se lembra das compras de natal vem-nos à mente aquele clima diferente e especial. Para potenciar as vendas deve-se criar uma atmosfera festiva da época, desde a decoração, animação de ruas, passando pelo atendimento e as músicas, tudo tem que combinar com a data. Infelizmente não tiveram essa sensibilidade e é lamentável a oportunidade desperdiçada! Ou se cria uma Iluminação de Natal transcendental para chamar visitantes e comunicação social para divulgar o nosso Concelho e ajudar o comércio em geral. Como a iluminação colocada não foi capaz de criar esse “milagre”, conclui-se que foi um esforço inglório e uma oportunidade desperdiçada como anteriormente referi. Dou como referência Águeda em que a iluminação só pode ser vista durante a noite no entanto criou um ambiente para atrair pessoas.

Com o 25 de Abril conquistámos liberdades. A liberdade de expressão é uma das bases da democracia. Todo aquele que obstaculiza ou faz da censura uma arma de arremesso e obstaculiza o desenvolvimento da democracia não pode nem deve nunca ser considerado como um democrata. A censura é a arma utilizada pelos totalitaristas e autocráticos, aqueles que à força querem limitar a liberdade de expressão, amarrar, amordaçar e calar aqueles que lutam pelo bem-estar social e económico do povo.

Há menos de duas semanas, Portugal comemorou dezassete mil e quinhentos dias de democracia. Para quem?

Sr. Presidente, acha normal que num concelho democrático tenha existido uma obstaculização à participação de uma força política nacional e concelhia num programa de rádio, inventando e criando requisitos paranormais! Quando essa mesma rádio, em tempos, necessitou da ajuda do erário público, dinheiro de todos nós!?

Gostaria de informar os Senhores Jornalistas coniventes com esta situação que revejam o Código Deontológico porque muitos fecharam os olhos. A alínea 3 é muito explícita e refere o seguinte: O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.

A alínea 9 refere o seguinte: O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da ascendência, cor, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, idade, sexo, género ou orientação sexual.

É um ato imoral, triste e vergonhoso que envergonha e mancha a memória daqueles que perderam a vida na luta por um Portugal livre e mais justo!

Muito obrigado pela vossa atenção e desejo-vos um Bom Ano!”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Na participação do Sr. João Rogério há dois aspetos que acho que são importantes para discutirmos: Uma coisa é a visão pessoal relativamente à Iluminação de Natal e, neste período reservado ao público, qualquer cidadão pode participar;

Relativamente à parte política, e enquanto Coordenador do Chega, temos algumas dificuldades para entender esta intervenção reservada ao público, e vejo na cara de alguns Deputados Municipais alguns incómodos, mas também não deixaria de dizer que estamos na casa da democracia e o Chega é uma força política que hoje existe.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder à questão relativa à Iluminação de Natal apresentada pelo munícipe João Rogério Veloso da Silva.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:



“Não tinha a intenção de me pronunciar sobre a questão relativa ao programa de rádio por uma razão simples: Sou habitualmente visado nesses programas, eu e o Executivo Municipal e também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e nunca iria tecer considerações sobre esse mesmo programa de rádio porque sou parte interessada. Semanalmente sou brindado, e já estou habituado, e não me vou pronunciar sobre o programa de rádio.

Sobre a Iluminação de Natal e as oportunidades de melhoria, dizer o seguinte: Eu acho que é esse o conceito, é a oportunidades de melhoria. Foi aqui citado o exemplo de Águeda. Águeda não se fez de dois mil e dezassete para dois mil e vinte e três. Águeda é um projeto amadurecido e consolidado por um autarca, o Dr. Gil Nadais, com quem eu e o Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, durante anos, tivemos relações de grande proximidade. Por exemplo, ao nível da informatização e desmaterialização dos serviços foram várias as vezes que reunimos. O projeto de Águeda é um projeto amadurecido e que hoje é uma referência a nível nacional, mas também dava aqui o exemplo daquilo que acontece com Óbidos que é um projeto com um investimento de mais de uma década e que foi amadurecendo e hoje tem dimensão e reconhecimento, assim como o caso de Perlim, em Santa Maria da Feira.

Em dois mil e vinte e dois, fruto do custo da fatura energética, lembram-se que em contas aqui prestadas a fatura teve um acréscimo de 123 %, todos os Municípios da CIM concordaram em fazer poupança energética e todos nós ajustámos os custos de investimento nas Iluminações de Natal e na Iluminação Pública em face do crescimento da fatura energética, que no caso de Oliveira do Hospital foi de 123 %. Mas em dois mil e vinte e três, no presente, e ainda bem, foi aqui dito e também é dito na rua que de facto a Iluminação de Natal da Cidade de Oliveira do Hospital aumentou, abrilhantou e brilhou. Acho que genericamente todas as pessoas verificaram e deram os parabéns pelas melhorias na iluminação. A perspetiva é embelezar e atrair gente à Cidade de Oliveira do Hospital. Fiz as minhas compras de natal no comércio de Oliveira do Hospital e vi muita gente nas ruas e a comprar e vi também algum dinamismo, ouvi música, havia espaços com animação durante o fim de semana e durante a noite. Temos um Sorteio de Natal que envolve cerca de duzentos estabelecimentos comerciais no Concelho, temos sete mil euros de prémios para distribuir para quem faça compras no comércio local. São cem prémios distribuídos por cem cidadãos que façam compras nas duzentas lojas aderentes e o prémio é reinvestido nas lojas aderentes. Temos também prémios no concurso de montas.

Portanto, é uma melhoria que temos que ir fazendo gradualmente: Valorizar o comércio local, abrilhantar as nossas artérias comerciais e criar mais incentivos e mais apelo às compras no comércio local e é isso que temos feito através da parceria do Município de Oliveira do Hospital com a ADI- Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e é claro que no final o que queremos é valorizar e deixar mais recursos financeiros no comércio local. E o apelo que temos sempre feito é muito simples, é aquele conceito “cá compra, cá fica”. Comprar e deixar o dinheiro no Concelho de Oliveira do Hospital e estimular as pessoas a fazer as compras no comércio local. Fruto disso, e tenho falado com alguns comerciantes, e provavelmente nem todos tiveram o mesmo desempenho, mas, em alguns casos, houve lojas que tiveram o melhor ano de compras de natal.

O apelo que deixo é que de facto façamos compras no comércio local e, da parte do Município, em parceria com a Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, o caminho terá que ser cada vez mais estimular as compras no comércio local e, em períodos de natal, como aqui foi dito, e bem dito, é preciso dar brilho e dar intensidade às artérias comerciais puxando mais pessoas para as compras.

Deixo uma nota final: No final, na hora da verdade, a opção é nossa: Compro cá ou compro lá? a opção é nossa!

Comprem cá!”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Queria fazer uma sudação muito especial ao meu colega Gil Costa, Deputado do PS e eleito pelo circulo eleitoral de Setúbal, que hoje está aqui na casa da democracia em Oliveira do Hospital. A sua família é de Avô e falamos muito lá em Lisboa sobre assuntos de Oliveira do Hospital. Quero agradecer-lhe pelo trabalho conjunto porque ele é um defensor de Oliveira do Hospital.”

De seguida foram iniciadas as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra à Sra. Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que fez a seguinte intervenção:

“Espero que todos tenham tido um Santo e Feliz Natal!

Curiosamente o assunto que trazia aqui era a Iluminação de Natal: Iluminação de Natal não é só as luzes que brilham durante a noite. O Natal é uma época de solidariedade, de dar e receber, e Oliveira do Hospital soube

muito bem receber e passo a explicar porquê. Se calhar ao mais desatentos não deram conta que o Jardim Dr. Oliveira Mano foi apelidado de Largo Encantado e encantou com novos adereços feitos pelos utentes das IPSS do Concelho e que foram feitos com recurso a materiais reutilizados, chamando assim à importância da sustentabilidade e questões ambientais. Estes trabalhos podem ser vistos durante a noite como durante o dia, mas as atividades natalícias não ficam por aqui: Tivemos Mercadinhos de Natal, tivemos atividades musicais espalhadas pela cidade, tivemos o ciclo das igrejas e quem pôde estar presente enriqueceu a sua cultura e ainda podem ser vistos porque estão a decorrer até ao dia seis de janeiro.

Devo salientar também aqui a Rota dos Presépios e dos Cepos de Natal que tiveram direito a reportagem nos órgãos de comunicação social, o Natal das Aldeias da Carvalha e Formarigo e deixo aqui os agradecimentos a toda a população que esteve empenhada neste conceito.

Não quero no entanto minimizar as outras atividades natalícias nas outras freguesias mas queria dar aqui os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesias de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Castanheira, e na sua pessoas às Associações envolvidas no seu Natal de Aldeia das Dez, onde dinamizaram a Casa do S envolvendo produtores e artesãos e tendo oficinas de sabores e saberes tradicionais em que os visitantes poderiam ter a experiência de assistir à elaboração dos produtos.

Já agora, e “puxando a brasa à minha freguesia”, e para quem ainda não o fez, deverão visitar o mega presépio de Gramaços, pioneiro nesta envolvência dos presépios, e o de São Paio de Gramaços. É uma aposta ganha, a continuar e a melhorar com o dinamismo das freguesias nas Associações e IPSS e todas as suas gentes. Encheram de cor e brilho esta época natalícia.

Desejo-vos um feliz ano novo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Aproveitando que se falou aqui no Natal eu também vou pedir uma prendinha de Natal ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e fazer-lhe três perguntas, duas das quais gostaria que me respondesse agora porque, em virtude de compromissos com a minha Freguesia, não sei se poderei ficar até ao final.

A primeira questão era para apelar à intervenção dos serviços municipais relativamente aos estradões e caminhos florestais. Como é sabido tivemos agora uma atividade de grande destaque, a montaria ao javali promovida pelo Clube

de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital, e demos conta de algumas dificuldades relativa a estradões que estão bloqueados. Já falei de um estradão, que é o mais grave, com o Eng. José Carlos. Da nossa parte já procedemos à limpeza de todos eles e agora estamos deveras necessitados da intervenção da maquinaria da Câmara Municipal.

Depois fazer-lhe duas perguntas, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal já sabe que são as da praxe, e eu espero que no espírito natalício eu possa receber um presente. Perguntar se de facto já há Orçamento para a colocação de railes na estrada que liga São Gião ao Rio de Mel e perguntar-lhe se neste Orçamento Municipal está contemplado a pavimentação da estrada que liga o Covão ao Parceiro.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Espero que todos tenham passado um bom natal.

Estamos na época festiva do Natal e nesta época as pessoas fazem ofertas e a Câmara Municipal ofereceu-nos o Boletim Municipal que é uma forma de prestar contas. Aconselhava vivamente, a todos que não o fizeram, que leiam o Boletim Municipal e que o ofereçam porque é uma forma de vermos a atividade da Câmara Municipal durante este último ano. Isso na verdade está plasmado e vê-se que houve muita obra, que houve muito evento, e com certeza que alguns até ficarão surpreendidos com a quantidade e a qualidades de eventos que foram realizados. Mas há uma coisa que me chamou à atenção, e que é a habitação social, e foi com muito prazer ver um investimento de cerca de novecentos mil euros, e ver que estão a ser requalificados alguns edifícios públicos, nomeadamente em Travanca de Lagos, nas Seixas e Ervedal da Beira.

Deixava também aqui uma palavra especial ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho, que através do protocolo que tem feito com a Câmara Municipal, também fez a requalificação e a recuperação de um edifício para realojamento urgente e temporário.

Acho que é uma ação louvável e que nos merece todo o reconhecimento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar nota do evento que também a Cristina Sousa já referiu e dar-vos nota do que fizemos em Aldeias das Dez. Este mês tem sido muito fértil em eventos, nomeadamente eventos natalícios. Tivemos o Ciclo das Igrejas onde fomos contemplados pela filarmónica da nossa terra, a Filarmónica de Aldeia das Dez, que nos proporcionou um espetáculo realmente de grande nível artístico.

Além do Ciclo das Igrejas tivemos a Rota dos Presépios. Com a Rota dos Presépios conseguimos mobilizar toda a população para enfeitar as ruas da Freguesia, sendo que fomos acompanhados nessa tarefa nas aldeias anexas e dentro das possibilidades das mesmas, dada a idade avançada da maior parte da população, e mesmo assim eles partilharam esse hábito de valorizar os espaços das suas aldeias.

Durante o mês de dezembro decidimos abrir um espaço que tem estado fechado, por razões que nos ultrapassam, que é a Casa do S. Este ano decidimos fazer uma experiência extremamente agradável. Deram-nos a possibilidade para que os artesãos da freguesia conseguissem expor os seus produtos e os pudessem comercializar. Foi uma aposta ganha.

Quero dar os agradecimentos ao Executivo. Os agradecimentos ao Executivo nem sempre caem bem e eu não sei porquê? Mas os agradecimentos se forem genuínos, nós não estamos a comprar nada com os nossos elogios.

Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeço-lhe tudo o que tem feito pela minha Freguesia. Conte comigo para estar sempre ao seu lado.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada Dra. Bárbara Coquim da Costa Almeida Serra que fez a seguinte intervenção:

“Foi há quinhentos e cinquenta e três dias atrás que vim a este mesmo púlpito intervir no sentido de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a situação da Casa da Cultura.

Penso que não tenho de repetir a intervenção pois gerou tanto burburinho e indignação na bancada do Partido Socialista que certamente está bem presente na memória dos Senhores Deputados.

Falei-vos nessa intervenção de várias datas e de vários números mas, não nos esqueçamos, porque a memória é curta, que a primeira notícia da Rádio Boa Nova foi a oito de dezembro de dois mil e dezasseis, que o concurso público foi aberto em fevereiro de dois mil e dezassete e o contrato de empreitada dia vinte e oito de julho de dois mil e dezassete com o prazo de cento e oitenta dias, ou seja, e espante-se, janeiro de dois mil e dezoito. Entretanto a Câmara Municipal

autoriza a prorrogação do prazo com a aplicação de uma multa de um por mil, com estes mil dias a verem o seu fim em julho de dois mil e vinte e dois.

Passaram-se, como vos disse, cerca de quinhentos dias e aquilo que temos é um pedido de desculpas por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal numa entrevista dada recentemente ao jornal, deixando a promessa de que esta abertura se realizará em dois mil e vinte e quatro. De recordar ainda que essa intervenção feita há um ano e meio foi seguida de uma assunção de responsabilidades, e passo a citar, por “*decisões que deviam ter sido tomadas e não foram*”, por parte do atual Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as mesmas ao tempo do seu mandato enquanto Presidente de Câmara. Vejamos, temos a responsabilização por parte de dois autarcas, separadas por mais de ano e meio, mas continuamos sem Casa da Cultura.

Nessa mesma entrevista dada ao Diário das Beiras, fala-se do Estado da Saúde no Município, fala-se da IC6, fala-se, finalmente, da residência para os estudantes da ESTGOH. Fala-se, ambiciona-se e promete-se. Dois mil e vinte e quatro vai certamente ser um ano que promete, Oliveira do Hospital vai ver novas obras, vai ver novos serviços e vai ver novos acessos. Oliveira do Hospital vai ver, finalmente, algum vislumbre de futuro. Não se deixe de notar que por pura coincidência dois mil e vinte e quatro é o ano de pré-campanha eleitoral.

Esta dinâmica do “*agora é que vai*”, típica dos Executivos do Partido Socialista, deixa apenas uma questão: Quando é que o PS deixa de estar em Campanha Eleitoral e passa a responder às necessidades dos Oliveirenses? Quando é que se para de prometer e se começa a executar?

Senhor Presidente, é urgente que se responda às necessidades concretas dos Oliveirenses. Mais do que projetos para atrair médicos, jovens, empresas, é preciso que Oliveira do Hospital tenha os serviços para os receber, e não tem! E quem os quer, tem de recorrer aos Municípios vizinhos. É urgente admitir que a ação está a ser insuficiente e estamos, mais uma vez, a hipotecar várias gerações de jovens qualificados que nunca verão futuro em Oliveira do Hospital e que, por isso, em poucos momentos poderão sequer colocar a hipótese de permanecer no seu Concelho natal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje tenho aqui alguns assuntos que gostaria de abordar. Gostaria de partilhar convosco uma situação que me enche de orgulho e me realiza enquanto autarca. Nós podemos neste período natalício e isso poderia também ser aqui falado porque é uma obra que iniciámos em dois mil e dezassete, na altura saiu na Comunicação Social por parte de um partido que fez uma celeuma enorme por terem sido colocados outdoors na zona onde a obra iria ser realizada, mas sossegai-vos porque a obra realizou-se mesmo, está concretizada, as pessoas estão alojadas e neste momento nós estamos satisfeitos pelo trabalho realizado. Estou a falar de duas casas de habitação social que foram entregues a duas famílias monoparentais da Freguesia de Penalva de Alva e pude constatar que houve muita gente que se incomodou porque dizia-se que era primeiro os nossos. Eu não sei onde é que foram buscar isso! As pessoas que foram alojadas são nossas, são Oliveirenses, moram em Oliveira do Hospital, trabalham em Oliveira do Hospital, os filhos estudam em Oliveira do Hospital há anos. Não sei porque é que foi aquele celeuma todo a dizerem “os nossos primeiro”.

Queria deixar aqui uma palavra de agradecimento ao anterior Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino, porque a obra iniciou-se no seu mandato e prolongou-se no mandato do Dr. José Francisco Rolo e finalmente foi concluída.

As obras nem sempre correm como nós queremos, nem sempre tudo acontece como nós queremos, há muitas coisas que às vezes condicionam e as fazem prolongar no tempo mas o que eu acho que é importante é que elas aconteçam. Eu tenho essa experiência e acho que as obras podem prolongar-se, podem demorar, mas acabam sempre por acontecer e isso é o mais importante.

Ao Presidente da Câmara Municipal anterior e ao Presidente da Câmara Municipal atualmente em funções deixar aqui o nosso agradecimento por parte da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira pelo apoio que nos deram para a realização desta obra que é um projeto que nos realiza enquanto autarcas.

Depois, deixar aqui também um agradecimento aos habitantes da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira pelo trabalho que foi desenvolvido nesta quadra natalícia. Para quem teve oportunidade de ver, nós tivemos um momento televisivo que dinamizou e eu, enquanto Presidente da União de Freguesias, percebi já no terreno o impacto que tem a vinda da televisão a uma pequena população como a Carvalha ou como o Formarigo. O número de pessoas que têm afluído àqueles locais que, se calhar, sem esta reportagem não teriam ido.

Há pouco recebi uma comunicação da SIC para voltar novamente à Carvalha para fazer um outro tipo de reportagem e isto acontece porque há trabalho e há ali alguma coisa que lhes desperta o interesse porque se assim não fosse eles também não viriam.

Duas questões para o Executivo: Perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque também estamos ansiosos e queremos ver essa obra realizada, queríamos saber o ponto de situação do Espaço do Cidadão na nossa União de Freguesias. Foram-nos pedidas algumas obras que já estão realizadas e gostaria de saber se já existe alguma data para o Espaço do Cidadão entrar em funções?

Depois, falar também, e é uma das coisas que nos preocupa, e tem a ver com os prejuízos municipais, nós ainda temos algumas obras que é necessário realizar e sei que entraram num lote de uma candidatura que foi feita para fazer face aos prejuízos municipais. Gostaria de saber se têm em vista as datas para o início dessas mesmas obras?

Desejo a todos um bom ano de dois mil e vinte e quatro.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje queria falar aqui e relembrar, eu que sou ateu e agnóstico, o que se passa na Terra Santa. Na Terra Santa, neste Natal, houve menos dez mil crianças que foram assassinadas à bomba por forças terroristas. Eu sinceramente esperava que perante um ato de tamanha barbaridade, desumanidade, genocídio, por exemplo, que a facha da Câmara Municipal se tivesse iluminado com as cores da Palestina e que tivesse havido um peditório, entre os grupos que têm propensão para essa tarefa, de recolha de alimentos para entregar aos dois milhões de pessoas cercadas e que morrem de fome nesse País. Mas, não, nada disso aconteceu! Citando José Saramago, *“um dia se fará história do sofrimento do povo palestino e das crianças e ele será o monumento em dignidade e à cobardia humana”*.

Sobre outros assuntos, queria também aqui lembrar a Feira do Porco e do Enchido, e falar sobre coisas importantes que aconteceram: Creio que a Feira do Porco e do Enchido, para além do temporal que se abateu, se afirmou, até por essa circunstância, como um evento único e não é apenas no Concelho é na Região e é reconhecido por isso. Teve de facto momentos inolvidáveis e eu creio, mais uma vez, e não é “puxar a brasa à minha sardinha”, que era importante valorizar aquilo que é genuíno, aquilo que a gente faz com as nossas



mãos, aquilo que nasce do trabalho, da experiência, das vivências, das tradições do nosso povo porque é isso que afirma a nossa identidade e é isso que traz mais-valias ao nosso território e, não são, por muito que isso custe a alguns, as importações, porque essas qualquer Concelho deste País, qualquer Freguesia deste País, as pode fazer, basta ter dinheiro para comprar e põem aqui os melhores espetáculos do mundo. O que é nosso e o que é genuíno é insubstituível e é inimitável e eu creio que a Feira do Porco e do Enchido deu mais um passo nesse sentido e é um exemplo cultural único.

Pedia mais um minuto para falar das tradições do Natal: Creio que os Presépios, os Cegos e a Missa do Galo são uma aposta importante. Na minha terra não lhe chamam Cegos chamam-lhe a Fogueira do Natal, noutros sítios chamam-lhe de Madeiro.

A Missa do Galo é um momento cultural importantíssimo para as populações, é um momento de memória, de partilha, de vivência, e as pessoas saem da Missa do Galo e vêm para a Fogueira e, isto, é uma coisa muito bonita, aquela fraternidade toda entre as famílias e as pessoas a conviverem. Creio que é nessa linha que temos que ir, apostar naquilo que é genuíno, que é nosso, que é da nossa tradição, que é da nossa cultura. E também os Presépios, as luzinhas, etc. O essencial foram de facto os Presépios, a Fogueira e a Missa do Galo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia que fez a seguinte intervenção:

“Até que enfim que a oposição vem aqui dizer que o PS faz obra em Oliveira do Hospital! Muito Obrigado, Sra. Deputada Bárbara Serra!

Sim, vai haver muita obra, vai continuar a haver muita obra em Oliveira do Hospital mas quanto ao facto de apesar do PS de Oliveira do Hospital ser liberalista não sei se lá por Coimbra não sei se tem andado por Coimbra ou por Lisboa mas em Coimbra podem pedir informações ao vosso líder autárquico e percebeu quando a capital do Distrito está um verdadeiro estaleiro, e vai continuar a estar um estaleiro no próximo ano.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos últimos anos há dois ou três membros do público que vêm aqui constantemente, e peço desculpa e salvo outra e mais esclarecida opinião, violar o artigo 21º do Regimento.

Isto é a casa da democracia mas os direitos e os deveres também têm que ser respeitados por quem não é eleito. E quem não é eleito vem cá falar de questões pessoais e não se podem imiscuir em questões políticas porque essas estão reservadas aos Membros da Assembleia Municipal e aos Presidentes de

Junta de Freguesia e temos que ter a coragem de uma vez por todas de coartar a palavra a quem vem abusar do artigo 21º do Regimento. Esta é a minha opinião pessoal.

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, e claramente não podendo estar agradado com o que se passa na Faixa de Gaza eu também tenho de perguntar porque é que se esqueceu de falar das crianças que foram esquadrejadas à machadada, As crianças Israelitas têm tanto direito à vida, e à boa vida, como as outras.

Pergunto também o que é que a Junta de Freguesia de Meruge já fez, mesmo que simbolicamente, para com a guerra da Ucrânia e para com as crianças Palestinas e Israelitas?

Quanto à intervenção que me trazia aqui: Quero dar os parabéns à EPTOLIVA pela criação da primeira Residência de Estudantes em Oliveira do Hospital. Tal foi possível fruto de várias parcerias com Governos de diversos Países principalmente de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP. Deste investimento resultou a recuperação de um edifício sem utilização em pleno centro da cidade de Oliveira do Hospital regenerando dessa forma o tecido urbano e valorizando o património.

Parabenizo ainda a EPTOLIVA pela aprovação de dois Centros Tecnológicos Especializados (CTE) e que é uma grande ambição da escola, resultando dessa aprovação mais um ganho para Oliveira do Hospital, correspondendo a um investimento de cerca de três milhões de euros de fundos do PRR, que se não fossem alvo desta candidatura aprovada não teriam vindo para Oliveira do Hospital e poderiam ir para outro sítio qualquer.

Dar os parabéns aos Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital que também viu aprovado um CTE que será mais um foco de desenvolvimento em Oliveira do Hospital em educação de Ensino Profissional.

Estes investimentos ajudam na divulgação de Oliveira do Hospital no território nacional e estrangeiro como um Concelho de excelência no campo educativo profissional.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se me permite, quero voltar à minha última intervenção e à última reunião deste órgão. Bem sei que não fica fácil para alguns lembrarem-se de como decorreram os trabalhos, ou verificar o

teor das intervenções pelos participantes uma vez que a ata ainda não nos foi disponibilizada. Até fazia um parêntesis para lhe pedir o favor de intervir nesta matéria por forma a que tanto a ata da Assembleia Municipal imediatamente anterior e todos os restante documentos nos fossem remetidos de forma um pouco mais atempada, principalmente as atas da Assembleia Municipal porque as pessoas vão-se se esquecendo do que aqui aconteceu.

É importante não deixar cair as coisas no esquecimento, e eu tenho memória, e gostava de pedir desculpa à Assembleia Municipal pela forma intempestiva e alterada como respondi a um ataque que foi lançado à minha pessoa a partir deste púlpito.

É verdade, se estão recordados não consegui manter a minha postura habitual. Não me consigo manter afastado da política rasteira, da política de ataque pessoal que serve apenas para intimidar, da intervenção que serve meramente para atacar todo aquele que no seu legítimo direito de uso da palavra para emitir a sua posição relativamente aos mais diversos assuntos.

Aliás, fico até com a sensação que as intervenções a que me refiro, se não fossem as intervenções dos elementos da coligação aqui presentes essas ditas intervenções ficariam vazias, uma vez que não servem para emitir opinião acerca de nenhum tema em concreto e servindo apenas de réplicas para atacar quem emite as suas opiniões, como que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, por exemplo, não tivesse argumentos para contrapor as nossas posições e precisasse de um guarda costas que aqui vem sempre defendê-lo, ao invés de enaltecer o trabalho do Executivo, como é apanágio dos restantes elementos da Mesa nesta Assembleia Municipal que aqui vêm tantas vezes e muitas vezes sem razões para o fazerem e vêm cá fazê-lo. E, pelo que sei, até no seio do próprio grupo parlamentar do PS este tipo de intervenções de mera oposição pela oposição não têm caído muito bem. Aquele que muitas vezes enche a boca com a democracia, e tenho que reconhecer que tem muitos créditos nesta área, tendo em conta que até já representou dois partido aqui na Assembleia Municipal, um de direita e outro de esquerda e se calhar até cada vez mais à esquerda tendo em conta as últimas eleições, não entende que cada um de nós tem o direito para exprimir a sua opinião sem medo e sem ter sempre que contar que irá ser atacado por alguém que tem estado nesta Assembleia Municipal apenas com esta postura de ataque gratuito e sem conteúdo.

Não nos revemos nesta postura e estou certo que esta é também a postura da grande maioria dos constituintes deste órgão, uma vez que já fazem parte do

mesmo há alguns anos e nunca se sentiu este ambiente intimidatório que simplesmente pretende calar a oposição.

Compreendo bem algum nervosismo que começam a sentir mas apelo a todos, em particular ao Sr. Presidente da Mesa, que mantenha e faça manter o ambiente democrático nesta Assembleia para que as pessoas possam intervir sem receios.

Bem sei que agora, e como habitualmente é uma espécie de carro vassoura, este período de Antes da Ordem do Dia irá terminar com o resumo de tudo aquilo que aqui foi dito e com mais uma série de ataques.

Fique o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e todos os Membros aqui presentes tranquilos porque desta vez a única reação que irei expressar será um mero sorriso com elegância e postura moderada que sempre me caracterizam.

Para terminar gostava de apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Raul Teles Silva Valinho, que foi um ilustre autarca desta casa, foi Membro desta Assembleia Municipal eleito pelo Partido Social Democrata e era sem dúvida um exemplo de dedicação à causa pública, de moderação e de bom trato com os elementos desta Assembleia Municipal sendo que ainda hoje alguns deles podem comprovar isso.”

Efetuada a votação, a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Raul Teles Silva Valinho, foi aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Há aqui uma nota que o Sr. Deputado Rui Abrantes falou e que eu, como Presidente da Assembleia, não posso concordar, porque aqui nesta Assembleia Municipal que é um lugar democrático e onde todos nós podemos falar e temos direito a dizer as maiores barbaridades e as maiores certezas absolutas mas também temos que perceber que os outros têm os mesmos direitos para se defenderem, desde que não haja ataques à honra. E quando se fala na honra de cada pessoa aí as coisas ultrapassam os limites.

No debate político, e deixem-me dizer e também e digo isto com satisfação, nunca me perturbou que alguma pessoa me criticasse. A riqueza da democracia é essa diferença de pensamento entre uns e outros. Às vezes o que me irritava, e também digo que não considerava essas pessoas, era quando tocavam na honra de cada um. E esses que tocam na honra de cada um não são meus amigos, nem são meus adversários, são meus inimigos porque quando se

toca na honra pela mentira, pela calúnia como às vezes acontece aqui, e isso é uma coisa que é grave, mas como eu não estou para andar em tribunais, não estou para isso, e disseram-se algumas barbaridades sobre mim, alguns até me puseram em causa e dei aquilo de barato.

Aqui estamos no sítio certo para divergirmos e discordarmos e cada um individualmente defender as suas ideias e é isso que eu, como Presidente da Assembleia Municipal, acho que devemos fazer e, por isso, se há aqui alguma pessoa que foi atingida na honra e que na altura não me apercebi eu peço desculpa a qualquer um. Uma coisa é divergirmos nas ideias no nosso debate político e esta Assembleia Municipal será mais rica com as visões de cada um e não ficarmos às vezes tão ligados à partidarite aguda porque os interesses do nosso Concelho sobrepõem-se aos interesses da partidarite. Isso foi um desígnio que nós tivemos.

Às vezes dizem-me que deixo falar muito o João Abreu e criticam-me mas eu acho que devemos ter tolerância com o tempo para uma pessoa que também tem opinião, mesmo que seja diferente da minha.

Aqui nunca houve nenhuma intimidação mas temos que ouvir o que os outros têm para dizer e isso é a democracia a funcionar. Temos que ter princípios de ética na discussão sem insinuar porque o que é grave é a insinuação que às vezes se faz mas cada um tem o direito de depois contestar o que o outro disse e isso é a riqueza da democracia e é isso que eu quero que funcione aqui nesta Assembleia Municipal.

Acho que esta Assembleia Municipal não funciona com ataques pessoais porque aquilo que se combate são as nossas ideias e isso chama-se coerência e a forma de defendermos as nossas ideias.

E deixem-me dizer, é preciso que todos nós tenhamos convicções mas o grande problema é quando não temos convicções daquilo que acreditamos. O que devemos ter todos é a convicção de lutar por Oliveira do Hospital.

Relativamente ao que disse o Deputado Rui Abrantes dizer-lhe que percebi que houve uma discussão política normal com visões diferentes.

Quero que esta Assembleia Municipal seja um órgão representativo e que dignifique o Concelho e que ajude a construir o Concelho com proposta para termos um Concelho melhor porque é isso que nós desejamos para o futuro do Concelho.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção para defesa da honra:

“É exatamente para defender a minha honra que aqui estou porque aquilo que o Sr. Deputado Rui Abrantes fez aqui hoje é um papel de circo.

O que o Senhor aqui fez hoje foi a coisa mais baixa que eu já vi fazer por uma razão muito simples: Aquilo que motivou a nossa discussão, e se o Senhor tem assim tão boa memória como disse, foi o facto de o Senhor se sentir de alguma maneira beliscado por eu ter dito que até a ler aquilo que escrevo tenho dificuldade, e o Senhor sentiu-se afetado sobre isso. Há de ler o que lá está porque felizmente as nossas intervenções são gravadas e há de ler o que disse e há de verificar se aquilo que eu disse é ou não verdade.

Agora, há uma coisa que eu lhe quero dizer: O Senhor tem problemas graves de deficit de compreensão e de deficit de democracia. Não tenha dúvidas nenhuma!

O Senhor não é capaz de entender que alguém tenha ideias diferentes das suas e há que interpretar o que nós dizemos. Além do mais não me parece que os Senhores Vereadores tenham que intervir aqui porque são considerações entre dois elementos da Assembleia Municipal.

Agora quero dizer-lhe o seguinte: O Senhor não dá lições de democracia a ninguém e não dá lições de ética a ninguém. Não é por o Senhor dizer que eu já representei aqui dois partidos. É verdade, eu representei os dois com dignidade e nunca ataquei ninguém pelo simples facto de atacar.

Agora há uma coisa que lhe digo, e digo-lhe nos olhos e à frente de toda a gente: O Senhor tem problemas graves com a democracia e foi para combater ideias como as suas que há cinquenta anos foi feita uma revolução.

E devo dizer-lhe mais: O Senhor é o exemplo de tudo o que este Concelho tem de ultrapassado, de tudo o que ficou para trás e ficou para trás há muito tempo. Foi uma vergonha o que se passou aqui!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção para defesa da honra:

“Disse aqui uma vez, sobre a questão da Ucrânia, que não havia guerras boas. E não há guerras boas! Nenhuma guerra é boa, mesmo as guerras que se travam na sociedade. Não há guerras boas porque todas deixam vítimas inocentes.

Eu percebo que o Francisco Garcia tenha dificuldade em entender determinado tipo de valores, os direitos humanos, etc, e porquê? É assim, só merecem piedade, só merecem compreensão crianças que tenham olhos azuis ou

cabelos louros ou coisas do género. As crianças que são de outras latitudes do mundo, essas que não são bem seres humanos, são pessoas e se calhar nem pessoas serão.

Mas o que eu queria dizer e a pergunta foi feita diretamente: O que é que fez a Junta de Freguesia de Meruge? A Junta de Freguesia de Meruge não faz proclamações, a Junta de Freguesia de Meruge faz obras e obras no sentido de conseguir a paz e que se materializam em esbater o ódio. Procuramos uma política de integração dos emigrantes, que são às dezenas na nossa Freguesia, e que traga o convívio, a fraternidade e a ajuda entre essas comunidades. Temo-lo conseguido e isso é um passo importante para a paz.

E, caso não saiba, a Palestina existe há milhares de anos. Israel, por imposição dos Estados Unidos da América, só existe desde mil novecentos e quarenta e oito.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não contem comigo para transformar esta Assembleia Municipal numa bandalheira, porque uma bandalheira é uma coisa que não tem regras, e a Assembleia Municipal tem regras e tem um Presidente para se impor e sobre este assunto não vou dar a palavra a mais ninguém.

Vou propor um Voto de Pesar e o cumprimento de um minuto de silêncio por todas as vítimas da guerra na Ucrânia e todas as vítimas civis e nomeadamente as crianças vítimas da invasão do dia sete de outubro a Israel, para respeitarmos esses mortos que são pessoas inocentes, sejam Russas, sejam Ucrainianas, sejam da Palestina ou sejam de Israel.”

De seguida foi cumprido um minuto de silêncio por todas as vítimas da guerra na Ucrânia e todas as vítimas civis e nomeadamente as crianças vítimas da invasão do dia sete de outubro a Israel.

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção para defesa da honra:

“Na realidade não fazia questão de responder mas, ao contrário daquilo que eu fiz, que foi simplesmente constatar factos ocorridos nessas Assembleias Municipais e que estão nas atas, o facto do Senhor ter sido eleito pelo dois partidos, e, isso, não é ofensivo, ao contrário daquilo que o Senhor veio aqui dizer. Eu não artista de circo, isto não foi nenhum número de circo, nem tenho

nenhum deficit, nem democrático nem de outro tipo. Por isso o Senhor é que devia ter mais tento na língua e falar para as pessoa com outra postura, a tal postura democrática que o Senhor diz que tem mas que afinal não tem.

Não quero fazer mais considerações acerca disso, simplesmente o remeto para a declaração que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez exatamente depois da intervenção que o Senhor fez.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia que fez a seguinte intervenção para defesa da honra:

“Era o que me faltava, receber lições de democracia e fraternidade de alguém que defende um País que ainda esta madrugada levou a cabo um ataque massivo com cem mísseis e cem drones matando, matando, matando!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Queria regozijar-me pela pavimentação que foi efetuada na Estrada Nacional 230, entre Fiais da Beira e a Ponte da Atalhada, a ponte sobre o Rio Mondego e limite do Concelho de Oliveira do Hospital.

Quero também regozija pelo início das obras nas antigas Escolas Primárias de Ervedal da Beira para habitação urgente e temporária. Ali irá ser executado aquele projeto para esse efeito.

Quero dizer à Sra. Deputado do PSD que falou aqui há pouco, e que questionou efetivamente o problema das obras que nunca mais são inauguradas: Felizmente que há obras e há muitas e não são poucas e o investimento não é pequeno, pena é, e eu também já fui oposição durante uns bons anos, e eu não podia falar assim como a Sra. Deputada fala, e sabe porquê? Porque infelizmente não havia obras para podermos fazer esses reparos. Realmente era esse o problema! E quando efetivamente se chegou ao ponto do Sr. Presidente da Câmara Municipal da altura e do vosso partido, que depois felizmente os Oliveirenses negaram-lhe a continuação em dois mil e nove, inclusivamente lembro-me como também se lembram outros que estão aqui nesta sala que chegou a pedir cinco milhões de euros para investimentos em obras e não os consegui gastar porque não fez obras, não foi capaz de as fazer e não conseguiu gastar o dinheiro. Esse dinheiro transitou para o Executivo do José Carlos Alexandrino.



Sra. Deputada e Srs. Deputados do PSD, meus amigos, felizmente isto mudou, para vossa mágoa isto mudou em dois mil e nove e vai continuar a ser assim. Vai continuar a ser assim por uma razão muito simples: Nunca entrou neste Concelho tanto dinheiro, nunca se fez tanta obra como se fez efetivamente a partir de dois mil e nove, e sabe porquê, Sra. Deputada? Porque há ambição, porque há visão de futuro, há gente capaz de trabalhar e de sair de dentro das quatro paredes desta casa e ir para Coimbra, ir para Lisboa, ir para onde calhar e ir para Bruxelas como chegou a acontecer à procura de dinheiro, à procura de financiamentos e só assim Oliveira do Hospital tem efetivamente evoluído nestes últimos anos, coisa que não aconteceu em dezasseis anos, nesses dezasseis anos que lá estiveram antes de dois mil e nove. Eu assisti a isso tudo como muitos que aqui estão também assistiram.

Sra. Deputada as obras vão continuar e a Senhora irá ficar muito satisfeita e todos nós vamos ficar muito satisfeitos e os Oliveirenses também irão ficar muito satisfeitos mas mais coisas vão acontecer. Estejam descansados porque mais coisas vão acontecer em Oliveira do Hospital para bem do Concelho e da sua população!

Meus amigos, deixem-me só fazer aqui uma referência. Já se falou aqui na questão de guerra, na questão de mortes, na questão de crianças na questão de povos que são martirizados. Realmente acho que todos nós lamentamos e temos sensibilidade e custa efetivamente ver o que se passa a toda a hora e a todo o momento na Comunicação Social, as imagens terríveis daquilo que são as guerras. E aquilo que eu sinceramente lamento é que depois de assistirmos a milhares e milhares de pessoas, também crianças e adultos, mortas na Ucrânia e, agora, estamos a assistir infelizmente também a um cenário idêntico que se passa na Palestina.

Tenho pena e fico sensibilizado com tudo isto que se passa até porque eu já estive em Israel e sei o que é o sentimento do povo judeu quanto àquela terra. Aquilo que o Sr. João Abreu disse, que Israel só existiu desde mil novecentos e quarenta e oito, mas existiu como estado porque efetivamente foi reconhecido porque não havia estado de Israel como também não havia o estado da Palestina. Havia povos que existiam ali e coabitaram ali há milhares e milhares de anos e qualquer um deles tem direito à sua terra, tanto os Judeus como os Palestínianos.

Agora, o que eu tenho pena, e sinceramente lamento, é que haja pessoas que ficam tão emocionadas e que vêm aqui tão emocionadas com as crianças que estão a morrer na Palestina e nunca o vi aqui a sentir exatamente a mesma

emoção com as crianças que foram assassinadas na Ucrânia e deportadas à força milhares e milhares de crianças que estão na Federação Russa e foram raptadas. Disso é que eu tenho pena!”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Deixem-me dar aqui uma nota: Acho que se houvesse aqui alguma moção que fazia sentido esta discussão mas a partir do minuto de silêncio que cumprimos aqui acho que todos sentimos que as guerras não são justas sobretudo com os mais frágeis. Mas não há nenhuma moção à discussão e acho que agora nos deveríamos concentrar nos assuntos do Concelho de Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Numa época de Boas Festas e num ano novo que se avizinha desejo-vos muita saúde e um excelente ano novo.

Conheço hoje uma Câmara Municipal que não conhecia antes e já aqui foi dito que tem a capacidade de investimento, que sabe tratar recursos, tem capacidade de realizar e continuar a realizar.

Queria reconhecer o Gabinete de Apoio à Câmara Municipal nos projetos e na captação de fundos porque está a fazer um trabalho excelente.

Relativamente às obras, dizer o seguinte: As obras têm algum atraso mas quem não percebe o motivo é porque também não percebe a vida empresarial e vive em outro mundo. É bom que as pessoas desçam à terra e percebam o que se passa em Oliveira do Hospital e que não ataquem os empresários e que não ataquem quem trabalha todos os dias.

A capacidade e a distinção de Oliveira do Hospital é tremenda e deve-nos orgulhar a todos. Oliveira do Hospital tem distinções contínuas: O Ensino Amigo da Juventude; Autarquia Familiarmente Responsável; Município Amigo do Desporto; Já falaram das Iluminações de Natal e da animação do período Natalício. Fez-se muito com tão pouco!

Vamos ter um acontecimento que nos vai orgulhar a todos e que é o segundo maior evento a nível mundial no Ciclismo; Temos empresas de excelência e são os nosso empresários que trabalham aqui todos os dias e a Câmara Municipal está com eles.

Falou-se há pouco sobre a EPTOLIVA que é reconhecida como uma das melhores escolas profissionais do País.

Só não entendo uma coisa, meus amigos: Não quererem residências para estudantes em Oliveira do Hospital porque dão cabo do investimento privado. Eu não entendo isto!

As residenciais para estudantes são essenciais para uma escola superior e para uma escola profissional.

Quando temos alguém com responsabilidades políticas e que vem dizer publicamente que é contra as residenciais eu não entendo, meus amigos!

As residenciais são o mercado regulador da habitação para estudantes e funcionam em todos os países e não é só em Portugal.

Apoiamos as famílias.

Vocês dizem que o IC6 não vai acontecer mas eu digo que vai porque neste momento já está em fase de execução do projeto e porque finalmente foi vencido o diferendo que existia entre as empresas que concorreram.

Há apoios na apicultura que já foram referidos; Temos a Festa da Castanha e o Trail do Colcorinho que também foi importante; Esteve cá o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território para a reabilitação de um espaço no Chão Sobral e foi uma cerimónia singela e importante que ocorreu aqui neste Salão Nobre e que mostra o dinamismo das populações.

Meus amigos há uma coisa que vocês podem ter a certeza, Oliveira do Hospital tem futuro e vai continuar a crescer e nós vamos continuar a ter orgulho de cá viver.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à intervenção da Deputada Bárbara Serra dizer o seguinte: É bom ouvi-la mas se bem se lembrar o celeuma que a sua intervenção provocou não teve a ver com a Casa da Cultura. O celeuma que a sua intervenção provocou foi porque a Senhora neste palanque veio dizer que não havia cultura em Oliveira do Hospital, o que é uma coisa completamente diferente.

A reboque das obras na Casa da Cultura e do atraso das obras na Casa da Cultura a Senhora chegou aqui e faz uma afirmação e que é uma afirmação completamente desajustada: “*Não há cultura em Oliveira do Hospital*”.

Portanto, há quinhentos e cinquenta e três dias o que a Senhora fez aqui foi levantar uma questão que não é verdadeira e a reboque disso obviamente fazer aquilo que deve fazer e tem que fazer e ninguém está à espera que venha aqui dar os parabéns à Câmara Municipal, como é óbvio.

Agora, há uma coisa curiosa, ouvia a sua intervenção e estava a pensar o que foi, por exemplo, a discussão pública do orçamento do País. A única coisa que toda a gente apresentou e discordava no orçamento era a questão do imposto automóvel, do IUC. Só se falava no IUC e não se falou em mais nada mas, depois, o orçamento até era bom e, pasmem-se, o Presidente da República, que demitiu o Sr. Primeiro Ministro, a pedido deste, que também é verdade, até veio tecer largos e rasgados elogios ao orçamento. Portanto, há coisas curiosas!

A Senhora, aqui, veio de facto num momento de campanha eleitoral, claramente, e dou-lhe os parabéns porque não é só o PS que está em campanha eleitoral também o PSD está com a coligação AD, e dou-lhes os parabéns também. De facto todos estamos em campanha eleitoral não tenha dúvida nenhuma porque já se percebeu aqui.

Agora vem trazer aqui uma única coisa para pôr em causa toda a governação do Município e que foi o atraso na obra da Casa da Cultura porque, depois, até disse, como é que está o estado de saúde do Município.

O estado de saúde do Município está bom e a Câmara Municipal tem feito por isso, a saúde no Município é que pode não estar, e que é outra coisa, mas, lá está, é tudo questões de compreensão! Mas quando se fala, como é que está o estado de saúde do Município?

Está ótimo! Está bom! O Município, o Sr. Presidente e a Vereação em exercício estão efetivamente a cuidar do Concelho e estão a fazê-lo bem: Fazem apoios sociais, apoio à habitação, apoio à família, apoio às empresas. O esforço que este Município fez, por exemplo, para evitar que acontecessem neste momento milhares de pessoas no desemprego neste Concelho da área da indústria têxtil. Este Município tem cuidado das pessoas, tem cuidado dos munícipes, tem criado possibilidades para as pessoas cá viverem, não por obrigação mas por escolha, porque ainda é possível escolher viver aqui. Ainda é possível, ao contrário do que a Senhora diz. E diz que esta governação do Município está a hipotecar o futuro de gerações de jovens mas não é verdade! Eu não consigo compreender isso!

Então qual é a razão para se viver cá? Há qualquer coisa estranha! Porque quando se diz que se hipoteca o futuro de gerações de jovens, então para se

manterem aqui é uma questão de teimosia? Eu não sei se será? Acho que por razão e pela razão deverão cá manter-se e por outras coisas não.

Finalmente dizer o seguinte: Ficamos a saber, hoje, e vamos ver, possivelmente dentro de pouco tempo vamos falar disso quando houver aqui a segunda retificação do orçamento, e vamos perceber que o PSD, esse partido completamente diferente de todos os outros e que faz tudo muito melhor e de forma muito mais transparente, não retifica orçamentos para os adaptar à regra dos 85 % de execução, e quem o faz é o PS, nomeadamente este Município de Oliveira do Hospital, e sobretudo que os Municípios que são governados pelo PSD, independentemente da obra que façam, não inauguram as obras para não serem acusados de estarem em campanha eleitoral porque um Município sério faz obra mas não inaugura porque parece mal e os outros pensam que estão a pedir votos.

Por fim, dizer o seguinte: Hoje já aqui se falou na EPTOLIVA e é importante que isso aconteça e é importante que isso se faça. A EPTOLIVA fez trinta e dois anos e é efetivamente uma instituição de ensino e formação profissional de referência quer na Região quer no País e, os prémios que tem ganho e os passos que tem dado, assim o demonstram.

Há pouco o Deputado Francisco Garcia deu os parabéns ao Agrupamento de Escolas por ter conseguido um CTE e a EPTOLIVA conseguiu dois CTE e poderá vir a conseguir um terceiro.

Também dar os parabéns pela visão dos dirigentes da EPTOLIVA no sentido de criarem a Residência Estudantil que faz tanta confusão a tanta gente.

Também dar os parabéns àqueles que tiveram a visão de promover a futura construção da Residência Universitária da ESTGOH porque será uma peça fundamental que permite a sustentabilidade da escola em termos de alunos e obviamente a continuação do desenvolvimento do Concelho de Oliveira do Hospital.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, para responder às questões que foram colocadas:

“Vou fazer por responder a todas as questões e começaria por uma que deu aqui alguma celeuma e eu subscrevo por inteiro o Voto de Pesar por todas as vítimas das guerras proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Fez bem e foi um momento de sentimento de partilha e também foi um momento para dizermos que não há guerras boas. Todas as guerras são más

porque produzem vítimas e destroem. Todas as guerras são atos de desumanidade. Esteve muito bem o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao propor esse voto que envolveu toda a Assembleia.

Relativamente à questão que a Sra. Deputada Cristina Carvalho colocou relacionada com as atividades de Natal dizer que elas vão continuar até ao Dia de Reis, dia seis de janeiro.

Já falei aqui sobre a Iluminação de Natal e sobre as apreciações positivas que recebemos e quem as recebe acaba por ser a cidade e os comerciantes. O Município regista aquilo que tem que melhorar e o investimento que ainda tem que fazer, a tal margem de progressão que ainda temos para fazer a cidade e o Concelho mais bonito, mas, acima de tudo, queria aqui agradecer o trabalho feito no Concelho e a todos aqueles que se mobilizaram nas Freguesias e Instituições para que houvesse a Fogueira de Natal, ou Cepo de Natal, ou Madeiro de Natal, os Presépios que embelezaram as nossas aldeias, criaram rede e ambiente de Natal. Por alguma razão o conceito que fizemos em dois mil e vinte e dois e em dois mil e vinte e três, associado à promoção no Concelho e no exterior, foi Concelho Natal, o regresso ao Concelho Natal e promover o Concelho de Oliveira do Hospital como um Concelho Natal. Isso fez-se com o envolvimento de toda a comunidade, os comerciantes que aderiram com o Sorteio de Natal, de todas as Instituições que fizeram iniciativas de Natal, de todo o povo que se juntou para fazer as Fogueiras de Natal e também todos aqueles que se mobilizaram para termos Presépios e termos essa rede que permite a visitação, permite a fruição e que até acabou na televisão.

Que haja mais iniciativas a promover pela positiva Oliveira do Hospital, seja pelo motivo do Natal, seja pelo motivo da Feira do Porco e do Enchido, seja pelo motivo da Festa da Castanha, seja brevemente, o dia vinte e três de março, pela grande Feira do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital.

Ainda sobre a questão das atividades de Natal: O investimento feito no comboio, nas atividades de lavoures das IPSS, agradecer a participação das IPSS, o programa do Ciclo da Musica pelas Igrejas, o Mercadinho de Natal com a participação dos nossos produtos locais de qualidade e dos nossos artesãos, os concertos para crianças e esse caso, que é um caso também muito especial porque foi uma iniciativa que saiu exclusivamente da criatividade e do dinamismo da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, e que foi transformar Aldeia das Dez em Aldeia Natal. Esta iniciativa não tem nada a ver com o Município, foi uma iniciativa da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez que pegou na “Casa do S” e dinamizou-a: Chamou os artesãos, os criadores, os

produtores e fez irradiar Natal numa aldeia que tem estruturas de acolhimento turístico, nomeadamente hotéis, alojamento, casas de campo, uma aldeia que é muito visitada e criou ali um ambiente de Natal. É um bom exemplo. Parabéns a todas as Freguesias, a todas as coletividades que têm dinamizado o ambiente de Natal no nosso Concelho.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião dizer que temos conhecimento da situação dos caminhos a intervencionar com recurso à maquinaria da Câmara Municipal. Estive presente na montaria ao javali, a convite do Clube de Caça e Pesca, em conjunto com o Sr. Vereador Nuno Ribeiro, e naturalmente que as intervenções a fazer nos caminhos serão feitas de acordo com a programação de utilização da maquinaria. Percebemos até pelo *feedback* que tive da montaria ao javali por parte dos organizadores da mesma que era de interesse fazer algumas intervenções em alguns caminhos com recurso às máquinas do Município.

Relativamente à pavimentação da estrada Covão/Parceiro e o orçamento para os railes: Já foi pedido um orçamento para pavimentações e colocação de railes. Numa primeira intervenção há uma estimativa de seiscentos mil euros para marcações de estradas, ou seja sinalização horizontal, e colocação de railes na ordem dos seiscentos mil euros numa primeira fase de intervenções. Temos nas Grandes Opções do Plano uma verba acima de um milhão de euros para intervenções neste domínio. Admito com facilidade que também possa ser contemplado, não está é programado e não posso dizer que a intervenção vai começar no mês dois, três ou quatro.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Raul Costa dizer o seguinte: Há por aí alguma confusão, e alguma confusão que foi lançada deliberadamente, relativamente ao pacote de financiamento à habitação e essa confusão foi lançada com o objetivo de confundir as pessoas. Mas vamos esclarecer: O Município é beneficiário no âmbito do PRR do pacote de financiamento no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário - BNAUT que tem intervenções previstas nas Seixas, no Ervedal e em Travanca de Lagos. As empreitadas estão a decorrer. É financiamento que ascende a oitocentos e oitenta e oito mil euros no âmbito do BNAUT e financiado pelo PRR.

Depois, há uma outra verba que é no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e eu já tive oportunidade recentemente de esclarecer isso em reunião do Executivo, e que são três milhões e setecentos mil euros para a Estratégia

Local de Habitação, para aquilo que se chama 1º Direito, ou seja reabilitação de habitações degradadas.

E depois existe uma coisa chamada Projeto de Habitação a Custos Acessíveis que o Município tem no âmbito do Protocolo feito entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e o Instituto para a Reabilitação Urbana - IRU do qual é beneficiário de uma verba de oito milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e seis euros. Estes são os dados que eu gostava mais uma vez de repetir e esclarecer.

Portanto, não vai faltar dinheiro nem capacidade de angariação de recursos para realizar obra. Nesse aspeto, Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta, as obras vão continuar a acontecer.

Portanto, sem confusões, isto é que é o pacote de financiamento para a Habitação e estes valores estão aqui porque houve trabalho, houve planeamento e capacidade negocial. O resto é confusão em tempo de pré-campanha.

Agora, aquilo que aqui foi também referido em duas intervenções foi o trabalho feito pela União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira e eu tenho que aqui prestar a minha homenagem e o meu elogio público ao Sr. Presidente da Junta, Rui Coelho, e faço-o porque: Primeiro - Esta intervenção não é da Câmara Municipal. Esta intervenção de reabilitação de duas ruínas no centro de Penalva de Alva é uma opção da União das Freguesias e é uma opção que resulta do Executivo liderado pelo Sr. Presidente da Junta, Rui Coelho. E o Sr. Presidente da Junta, Rui Coelho, teve a gentileza e a generosidade de convidar o Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Vereadora da Ação Social para estarem no momento da entrega das chaves às famílias que foram avaliadas, e que são residentes na União das Freguesias, e foram realojadas e muito bem realojadas.

Mas o que eu queria aqui referir e dar os parabéns, até numa lógica de uma boa aplicação daquilo que são os recursos das despesas de capital das transferências feitas para as Freguesias. Havia dois edifícios devolutos em Penalva de Alva, junto à igreja, e que eu conheci ainda no tempo do Prof. José Carlos Alexandrino como Presidente da Câmara Municipal e fizemos a visita àquele espaço. De facto era um espaço degradado. A Junta de Freguesia teve a visão de adquirir aquelas casas, recuperar aquelas casas, investir duzentos mil euros das transferências de capital que o Município sucessivamente foi fazendo para todas as Juntas e aplicou esse dinheiro na recuperação dessa duas habitações e que agora atribuiu a duas famílias. A Junta esteve bem e é um bom exemplo de recuperação do casario, de recuperação a preços acessíveis e é um



bom investimento e uma boa aplicação daquilo que são as transferências de capital para a Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira. Foi uma opção e foi uma escolha política que foi bem feita e quero aqui parabenizar este investimento de duzentos mil euros.

Relativamente às apreciações feitas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Carlos Castanheira, eu já aqui disse que fez um trabalho fantástico na dinamização da aldeia.

Quero agradecer-lhe a sua solidariedade mas mais do que a solidariedade que manifesta com o Executivo, e isso tem a ver com a sua forma de ser e de estar, o Senhor é naturalmente um homem solidário e sempre que puxar pela sua Freguesia e sempre que realizar muito, mais e melhor na sua Freguesia está a engrandecer o Concelho de Oliveira do Hospital. O trabalho feito em toda a Freguesia de Aldeia das Dez, os investimentos feitos, resultam do seu empenho, e do seu Executivo, e da sua criatividade, da sua imaginação e da sua capacidade de se disponibilizar permanentemente. E há mais Presidentes de Junta assim. O Senhor prestou solidariedade à Câmara Municipal e eu quero agradecer o empenho com que se dedica à sua função e aquilo que fez, nomeadamente neste período de Natal, resultam desse seu grande empenho e do seu Executivo e da capacidade que tem de agregar toda a comunidade para fazer a bonita aldeia em espírito de Natal que fez a partir da “Casa do S” em Aldeia das Dez.

A Sra. Deputada Bárbara Coquim questionou sobre a Casa da Cultura e arranjou para aí umas datas. Eu, às vezes, até parece que adivinho, mas não tenho nenhum dom de adivinhação. Confirmei estes dados com a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais. Ir buscar referências a dois mil e dezasseis e a dois mil e dezassete e eu só a quero esclarecer do seguinte: A intervenção na Casa da Cultura César de Oliveira resulta de duas intervenções. Uma de requalificação do antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, e a obra foi consignada em maio de dois mil e dezoito, e a partir daquele momento o empreiteiro estava obrigado a iniciar a obra, e refiro-me à requalificação do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas, e, depois, a antiga Casa da Cultura César de Oliveira, segunda parte da intervenção, a obra foi consignada a dois de março de dois mil e vinte.

Portanto, ir fazer números políticos de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete não me parece que seja grande ideia.

Depois, e já aqui lhe foi dito, e eu tenho que lhe dizer também, as apreciações que faz, e as críticas que faz, pelo facto de haver obra. Mas também

já lhe disseram aqui, e eu tenho que reiterar, que houve um tempo que não havia obra para criticar. E, depois, faz uma coisa, que eu compreendo, entrou em pré-campanha. O PSD anseia governar a Câmara Municipal mas revela ansiedade a mais e, depois, mete-se a comparar Oliveira do Hospital com os Municípios vizinhos. Pois, compare! Compare na obra feita, na obra em curso e nas conquistas que vamos trazendo e, se quiser, posso lembrar: No PRR temos dois milhões seiscentos e cinquenta mil euros para o Centro de Saúde, é mais obra; Temos no PRR sete milhões e meio de euros na área de acolhimento empresarial de nova geração, Comunidade de Energia Renovável, mais obra; PRR, novecentos mil euros do BNAUT, e ainda há pouco falei. É trabalho e foi para isso que fomos eleitos e estamos a produzir resultados; Contrato Programa com o Governo, Prejuízos e Intempéries, dois milhões, oitocentos e dezasseis mil euros. Tudo isto dá treze milhões, quinhentos e cinquenta mil euros. Compare! Compare com os outros Municípios.

Vou dizer assim: A obra em Oliveira do Hospital está atrasada mas quando vai para Viseu e passa em Nelas a obra lá está parada e aí diz que há obra. Quando vai a Seia, e felizmente temos uma ótima relação com Seia, e também há obra em Seia mas lá a obra é boa mas aqui está parada! Quando vamos a Coimbra, felizmente para mim e na minha ótica, ainda bem que Coimbra se está a modernizar com aquelas intervenções todas. E mais, a obra não pode ser com reservas em Oliveira do Hospital porque não se concretiza ou porque está parada como nos outros sítios e em Arganil também há obras no centro da cidade com as devidas consequências. E todos nós viajamos quando temos oportunidade e vemos que o País está todo em obra. Há Municípios que têm mais obra do que outros porque há Municípios que estão na conquista de mais fundos.

Vamos entrar num Instrumento Territorial Integrado - ITI, uma rede urbana, com Seia, Gouveia, Guarda, Covilhã e Fundão. Fizemos uma candidatura e temos investimento candidatada na ordem do meio milhão de euros e é mais uma oportunidade. E lá está, podemos nos comparar! E temos uma outra ITI, no âmbito de uma rede urbana, com a cidade de Coimbra, Cantanhede, Marinha Grande e com outros Municípios.

Chegamos a esta conclusão: Essa ânsia de governar o Município, que só dá sinais exteriores de ansiedade, é o motivo para a Sra. jovem Deputada que há um ano veio aqui com o mesmo papel escrito, e hoje repetiu o número, fazer as críticas que já estávamos à espera, mas o espírito é sempre o mesmo, é diminuir, apoucar, amesquinhar, reduzir a capacidade de dinamismo do Concelho. Acha

que consegue chegar ao poder desvalorizando, diminuindo, apoucando e amesquinhando o terceiro Concelho que mais verbas captou no PRR na Região de Coimbra? Acha que é esse o caminho? É a sua opção! Essa opção da política do bota abaixo acho que não conduz, mas obviamente é uma opção.

Volto a dizer: Compare e compare com Municípios à escala de Oliveira do Hospital e compare com Município vizinhos de Oliveira do Hospital.

Sobre a saúde: Sim, estamos a trabalhar. E digo estamos porque está o Executivo a trabalhar com a ajuda do Presidente da Assembleia Municipal, que também é Deputado na Assembleia da República, para contribuirmos e para ajudar a resolver o problema da saúde em Oliveira do Hospital. Por isso é que hoje trazemos aqui o Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar e por isso, fruto de muito trabalho, conseguimos convencer quem manda, a tutela, a afetar quatro vagas para médicos para o Concelho de Oliveira do Hospital, e os concursos estão a decorrer. Arranjámos um regulamento precisamente para potenciar a atratividade de médicos para preencher essas quatro vagas que foram atribuídas a Oliveira do Hospital.

É verdade que não fazemos mais do que a nossa obrigação e estamos cá para lutar e vamos o número de vezes que for necessário a Lisboa. Saiu um mail, na semana passada, a pedir ao Sr. Ministro da Saúde uma reunião de urgência com o Presidente da Câmara Municipal e com o Sr. Deputado José Carlos Alexandrino precisamente para tratar de questões relativas à saúde. Sim, não nos calamos independentemente de sermos incómodos, ou não, para quem está no Governo e fazemos o nosso trabalho. Houve um tempo em que calávamos, houve um tempo que serenávamos, era um tempo em que tínhamos dezasseis mil utentes no Centro de Saúde sem médico de família e, nessa altura, estava tudo impávido e sereno e nada se dizia e nada se clamava!

Hoje damos a cara e lutamos e fazemos barulho por causa do IC6 e falámos com o Ex-Ministro Pedro Nuno Santos, e falámos com o Ex-Secretário de Estado Frederico Francisco, e reunimos com o Ministro Galamba, e reunimos com o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, e há indicações assumidas pela Sra. Ministra da Coesão Territorial no Parlamento e informações dadas pelas Infraestruturas de Portugal de que felizmente foi dirimido o conflito que estava pendente em tribunal com duas empresas que concorreram ao Concurso Público para a realização do projeto, e é bom que o projeto avance e que a obra avance, e contam aqui connosco para continuar a lutar e a puxar pela obra.

Agora, não podemos perder a memória. Há uns que lutam, há uns que nunca se calam e há outros que fazem visitas políticas ao sítio onde está o IC6 e não se comprometem com o que quer que seja relativamente à realização da obra do IC6 e refiro-me àquilo que é a opinião da liderança do PSD Nacional. Esteve lá um dirigente e não se comprometeu com o futuro do IC6 e tenho as minhas dúvidas que se comprometa publicamente onde quer que seja com essa realização até porque o caminho faz-se andando e o projeto vai ser executado e tenho a expectativa de que não nos vamos calar até ao fim para que a obra possa arrancar.

Sobre a tal desvalorização de Oliveira do Hospital que alguns querem fazer e que eu não aceito em circunstância nenhuma porque nós vivemos num mundo aberto, num mundo livre, as pessoas têm os seus sonhos e podem sair para Lisboa, para o Porto, para Braga, para Londres, para Nova Iorque e há outros que também vêm mas, apoucar e diminuir o Concelho e a dinâmica do Concelho, não me parece que seja boa opção.

Partilho com a Assembleia Municipal esta mensagem que recebemos hoje do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, precisamente no âmbito da ITI das redes urbanas que tem a designação Rede Urbana Centro + Investe e que diz o seguinte: “... *dar-vos conta que agradecemos o frutífero envolvimento e valioso contributo de todos neste processo. Aguardamos confiantes o resultado desta candidatura na certeza que será o início de uma profícua e duradoura parceria de rede de trabalho.*”.

Juntos somos mais fortes e estamos neste projeto com Coimbra, com Cantanhede, com Penacova, com a Marinha Grande, com o objetivo de atrair investimento e neste caso são setecentos e setenta e três mil euros para investir na área de incubação e aceleração de empresas em Oliveira do Hospital. Fazemos o nosso trabalho, entramos em parcerias e apresentamos as candidaturas.

Sobre a intervenção do Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Rui Coelho, já falei sobre as habitações sociais e da boa opção que fez. Recordar que de facto a Carvalha é uma aldeia atrativa e foi uma boa nota que trouxe a esta Assembleia Municipal sobre o interesse que continua a suscitar junto da Comunicação Social.

Dizer ainda que esta aldeia foi candidatada e obteve o Galardão de Aldeias dos Sonhos, no âmbito da Inatel, e que deu algum reconhecimento e projeção a nível Nacional. Assim como o Rio de Mel também já obteve este reconhecimento.

Quanto à implementação dos Espaços do Cidadão dizer o seguinte: A verba está inscrita nas Grandes Opções do Plano, que vamos mais à frente apreciar e votar, e a expectativa é que no início do ano sejam feitas as formações dos mediadores e, depois, aqueles projetos que tiverem condições de arrancar, arrancar já com a instalação dos equipamentos e todo o dispositivo de atendimento ao cidadão.

Relativamente aos prejuízos Municipais, há uma série de procedimentos a andar na Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais: A estrada Avô/Pomares, a iluminação das Ruínas Romanas da Bobadela, a rua de entrada de São Gião, a rua das Eiras em Alvôco das Várzeas, eu não as tenho todas de memória, há um conjunto de procedimentos neste momento a serem desenvolvidos para investir dois milhões e oitocentos mil euros projetados para serem investidos em dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge fez aqui alusão à Feira do Porco e do Enchido e de facto ela cresce sempre que há parceria. Felizmente a Junta de Freguesia tem convidado o Município para sermos parte dessa parceria e temos alargado felizmente essa parceria que tem projetado a feira e tem ganho notoriedade. Provavelmente, este ano, o tempo não compensou a qualidade do investimento e a qualidade da feira que lá estava. De facto a intempérie com as chuvas fortes afastaram algumas pessoas mas acho que no geral foi bem sucedida.

Concordo inteiramente com o que diz relativamente à dinamização das atividades tradicionais na aldeia e, nisso, Meruge, quer pela Feira do Porco e do Enchido, quer pelo Ciclo do Pão, quer pelas iniciativas de Natal, a ligação da Fogueira de Natal com a Missa do Galo, tem bons exemplos de dinamização na vida na aldeia.

O Sr. Deputado Francisco Garcia e o Sr. Deputado Rui Monteiro fizeram aqui alusão às conquistas da EPTOLIVA e também do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e temos de congratular e eu, como Presidente da Câmara Municipal, quero congratular-me pelos trinta e dois anos da EPTOLIVA, quero congratular-me por aqueles que ao longo destes trinta e dois anos trouxeram a escola até um nível que hoje faz da escola uma escola top3 a nível nacional, em termos de ensino profissional, pela dinâmica que a escola tem. A face visível dessa dinâmica foi o aproveitamento de um edifício no centro da cidade e criando ali uma residência para estudantes. Mais estudantes para Oliveira do Hospital, mais estudantes que vêm dinamizar a cidade e é mais economia mas também é dar centralidade a Oliveira do Hospital por via do ensino.

Hoje temos para oferecer no ensino um Concelho que oferece desde o Pré-Escolar até ao Ensino Superior ao nível de Mestrado. Apetece perguntar para compararem com outros Municípios porque enquanto uns diminuem e nos apoucam mas agora comparem esta centralidade de Oliveira do Hospital no ensino. Também no Ensino Superior vamos continuar a investir e vamos continuar a fazer obra, e neste caso obra da responsabilidade do Instituto Politécnico de Coimbra em que o Município pretende ser parceiro para modernizar a cidade, para reforçar e consolidar o Ensino Superior na cidade.

Quero dar os parabéns pela conquista dos dois CTE que vão valorizar e desenvolver muito a dinâmica de formação profissional avançada da EPTOLIVA mas também o CTE aprovado para o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital na área das energias renováveis. Esse projeto nasceu na sala do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal e foi trazido pela Prof.<sup>a</sup> Cristina e pelo Prof. Carlos Carvalheira quando disseram que queriam candidatar-se a um CTE na área das energias renováveis e, na altura, pediram autorização para candidatar um edifício que tem de ser remodelado e equipado para esta formação tecnológica avançada no domínio do ensino profissional. Ainda bem que também foi aprovado porque é investimento que vem para Oliveira do Hospital, é modernização das instituições de Oliveira do Hospital, é mais dinheiro e mais investimento que vem para Oliveira do Hospital. Uns dirão que é pouco mas eu volto a dizer que é por questões de ansiedade.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rui Abrantes dizer-lhe que sei que o Sr. Deputado fez a intervenção em tom de bondade mas sabe que o Dr. Rui Monteiro usa da palavra como ele entende.

O Presidente da Câmara Municipal garante-lhe, e quando quiser pode por-me a teste em qual quer contexto ou circunstancia, que não precisa, e passo a citar as suas palavras, “*o Presidente da Câmara Municipal não precisa de guarda-costas*”, e quero dizer-lhe que nem o Dr. Rui Monteiro é meu guarda-costas nem o Senhor é meu *sniper*. Eu não preciso de guarda-costas.

Posso fazer uma piada? Você sabe e eu sei, já andamos aqui mais ou menos desde o ano de dois mil e dois, e você já fez tantas vezes de guarda-costas com quem tinha tão poucas costas para guardar, e fazia-o bem, com esmero e dedicação, mas fê-lo várias vezes e sabe porquê? Porque reconheço que por vezes é preciso ter um guarda-costas, e você fê-lo e fê-lo bem, e digo isto com todo o respeito que o Senhor sabe que eu tenho por si, e fê-lo de uma forma bem musculada.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira dizer o seguinte: De facto esteve bem, e já tive a oportunidade de manifestar a congratulação junto do Eng.º Nuno Gama sobre a beneficiação, pavimentação e marcação da Estrada Nacional 230.

O esclarecimento sobre o BNAUT já foi dado, e de facto tenho que ir ao encontro das suas palavras, as obras são para continuar e vão continuar a acontecer no Concelho de Oliveira do Hospital até por aquilo que está no Plano e Orçamento, que vamos mais à frente apreciar, e também pelo conjunto de conquistas que temos vindo a fazer ao nível da obtenção de financiamentos.

Sr. Deputado Carlos Inácio, dizer-lhe o seguinte: Foi justo aquilo que disse, relativamente ao trabalho do Gabinete das Candidaturas aos Fundos Comunitários ou da Equipa Multidisciplinar, o trabalho técnico de elevada qualidade. Os grupos de trabalho que se criou para fazer boas candidaturas porque há as candidaturas exclusivas do Município, há as candidaturas do Município que envolvem a CIM e há as candidaturas em rede, como aquelas que referi há pouco das redes urbanas que envolvem vários Municípios.

De facto, e quero aqui fazer o público reconhecimento na Assembleia Municipal em nome do Executivo Municipal, só com uma equipa motivada, inteligente, criativa e que estuda os processos e que trabalha bem em equipa e com outras equipas, seja na CIM, seja nos outros Municípios, se conseguem alcançar os resultados que representam financiamento e obra para o Município de Oliveira do Hospital.

Quanto às distinções, dizer o seguinte: Essas distinções, avaliadas por entidades externas, distinguem-nos na área do Ambiente e Qualidade de Vida, com o ECO XXI, na área do Desporto, com o Município Amigo do Desporto. Somos escrutinados e avaliados pelos nossos indicadores; Na Ação Social e outras políticas da família somos a Autarquia Mais Familiarmente Responsável; E outros galardões que nos são atribuídos porque pomos o nosso desempenho, os nossos indicadores e os nossos projetos ao escrutínio e à avaliação de entidades terceiras que avaliam e questionam e, no final, obtemos esses galardões. Curiosamente estamos à vontade para dizer que dá para perceber que de ano para ano melhoramos o nosso *score* em termos de avaliação de desempenho nestes vários itens. Isto quer dizer trabalho, quer dizer dedicação, quer dizer planeamento e uma grande estrutura técnica por detrás do Executivo. A esses todos tenho que agradecer e a vós, e aqui nesta Assembleia Municipal, aquilo que prometemos fazer é continuar a trabalhar de forma imparável para

fazer mais candidaturas, para conquistar mais financiamentos e para realizar mais intervenções, sejam obras físicas, sejam intervenções imateriais, no Concelho de Oliveira do Hospital.

Sim, vai continuar a haver mais obra, quer nos acusem de eleitoralismo, ou não eleitoralismo, porque já em dois mil e vinte e dois nos acusaram de eleitoralismo, em dois mil e vinte e três estão a acusar-nos de eleitoralismo e quando chegar dois mil e vinte e cinco vão continuar a acusar-nos de eleitoralismo e, entretanto vamos continuar a realizar investimento, para bem do Concelho de Oliveira do Hospital, nas Freguesias, na cidade e nos vários setores.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos passar agora para o Período da Ordem do Dia e a Mesa da Assembleia Municipal propõe que se inicie com o Ponto V porque a Arquiteta Alexandra Henriques, que irá fazer a apresentação, ainda tem que ir para longe.

Quero saudar a Sra. Arquiteta Alexandra Henriques e agradecer-lhe todo o trabalho que tem feito na coordenação da equipa do PDM.”

Efetuada a votação, a proposta da Mesa da Assembleia Municipal para que se inicie a Ordem do Dia com o Ponto V, foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V da Ordem do Dia - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 3ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital - Aprovação e submissão da versão final da Proposta de Plano à Assembleia Municipal e divulgação dos resultados da Discussão Pública, e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Aquilo que vou pedir à Sra. Sra. Arquiteta Alexandra Henriques para nos explicitar diz respeito à 3ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital. Na prática ela resulta da adequação do PDM aos novos normativos legais.



Dizer que este processo se iniciou em dois mil e dezanove e agradecer o trabalho da equipa coordenada pela Arqt.<sup>a</sup> Alexandra Henriques.

Dizer também que precisámos de apoio técnico externo, contratámos uma entidade para ajudar na formulação das propostas, e diria que o longo processo burocrático, e ouvindo-os na última reunião de concertação, o resultado final foi melhor do que eram as nossa expectativas iniciais e isso resulta daquilo que é o ajustamento do PDM às novas imposições legais e às condicionantes que no início nos assustaram mas, tenho que dizer aqui, que a Sra. Arquiteta Alexandra Henriques, o Sr. Eng.<sup>o</sup> Durães, a Dra. Telma e a equipa técnica externa bateram-se arduamente e ajudaram o Presidente da Câmara Municipal a preparar bem a reunião de concertação para que junto da CCDR e dos Serviços defendermos aquilo que era o melhor para Oliveira do Hospital.”

De seguida foi dada a palavra à Arquiteta Alexandra Maria da Silva Simões Henriques que fez a apresentação da 3<sup>a</sup> Alteração à 1<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital e respondeu às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.<sup>o</sup> Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer aqui um agradecimento público à equipa da Câmara Municipal, representada pela Sra. Arqt.<sup>a</sup> Alexandra Henriques, pelo excelente trabalho aqui vertido.

Dizer-vos também que surgiu uma notícia num jornal regional que diz que o novo PDM em Mortágua vai acontecer em fevereiro e o nosso já vai acontecer e no dia um de janeiro já estamos em condições de o enviar para publicação e isto deve-se à excelente equipa que tem a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.”

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Deixem-me só dizer-vos isto, e gostaria de acrescentar o que é a minha experiência: Os novos PDM tiram-nos problemas mas também trazem outros e que ninguém tenha dúvidas disso!

Este processo é extremamente burocrático e muitas vezes para se ultrapassarem determinadas questões do PDM eram necessários pareceres

jurídicos. Às vezes as nossas leis dificultam algumas coisas, sobretudo para as pessoas que têm menos possibilidades e isso também me preocupa.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 3ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital - Aprovação e submissão da versão final da Proposta de Plano à Assembleia Municipal e divulgação dos resultados da Discussão Pública, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Têm o resumo da informação acerca da atividade e da situação financeira do Município convosco e não me parece que seja neste momento relevante estar a explicitar a condição financeira.

Dar-vos conta apenas que neste último mês o Município teve que fazer um grande esforço financeiro para pagar obra, para formalizar pedidos de pagamento e para maximizar a execução financeira junto da CCDRC e naturalmente obter reembolso. Até ao dia de hoje estivemos a liquidar faturas precisamente para maximizar os pedidos de pagamento junto da CCDR e naturalmente obter o reembolso dos 85 % validados. Foi um mês de cruzamento entre a Equipa Multidisciplinar dos Fundos Comunitários, a equipa da CIM e a CCDR, como disse, para elevarmos ao máximo a possibilidade de executar financeiramente obras e obter o respetivo financiamento o que obrigou a um grande esforço financeiro do Município. Também agradecer o grande empenho dos funcionários implicados neste processo que de facto obrigou a uma grande triangulação entre a Contabilidade, a Equipa dos Fundos Comunitários e a Divisão de Obras Municipais.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à informação acerca da atividade e da situação financeira do Município gostava de fazer algumas considerações. Gostava, nesta minha intervenção de registar com satisfação a aparente conclusão das obras na Zona Industrial que na realidade decorreram mais de três anos, com impactos bastante negativos na atividades das empresas aí instaladas, bem como na circulação automóvel principalmente de veículos pesados.

Não posso no entanto deixar de salientar que ou é dos carros que eu conduzo, ou é talvez da minha pouca habilidade, ou até de alguma limitação que eu eventualmente possa ter, ou até por alguma ansiedade que possa estas a sentir nesta época, parece-me que o piso logo na entrada da Zona Industrial tem bastantes irregularidades não muito habituais numa obra acabada de concluir mas se calhar a pressa era muita para terminar.

Esperamos agora pela instalação das tão faladas empresas geradoras de emprego e riqueza para o nosso Concelho, ainda mais agora que o IC6 se vai tornar uma realidade, e eu acredito que desta vez é que vai. Acredito mesmo que seja assim e vou ser sincero Sr. Presidente, assim não me vejo obrigado a vir a este púlpito bater-lhe palmas pelo arranque da obra tão falada e tantas vezes prometida por tantos Governos de tantos quadrantes políticos e que até foi motivo de promessa de demissão caso não se concretizasse, o que não veio a acontecer, nem a demissão nem a obra, pelo seu antecessor.

Há pouco até fiquei assustado porque pensei que o Senhor também ia fazer essa promessa, caso a obra não se concretizasse.

Outro aspeto que gostava de enaltecer e já foi aqui referido bastantes vezes e que ainda não aparece mencionado neste ponto é a Iluminação de Natal e as atividades relacionadas com esta quadra.

Parabéns por ter conseguido fazer algo que há muitos anos não se via na nossa cidade. A iluminação foi ligada no primeiro dia do mês de dezembro. Há que registar porque já foi muitas vezes no dia seis, no dia oito, sem dúvida parabéns por isso.

Relativamente às atividades que estão a decorrer no Largo Ribeiro do Amaral e ao programa nada a apontar. Só dizer para que no próximo ano a Pista de Gelo possa ser efetivamente algo digno desse nome, são oportunidades de melhoria.

No entanto tenho de salientar um aspeto que considero bastante negativo e que manifesta mais uma vez alguma incapacidade para resolver um problema antigo, já é de herança, que o Senhor deixou criar enquanto Membro do Executivo anterior e para o qual ao fim de dois anos de mandato ainda não

arranjou solução e que é o Café Central. É lamentável que pelo menos durante o fim de semana os utilizadores do parque infantil e das atividades natalícias não possam ter à disposição as casas de banho públicas vendo-se obrigados a recorrer aos cafés das imediações ou a qualquer arbusto para que os mais novos possa realizar as suas necessidades.

Apelamos mais uma vez para que este assunto seja tido em conta e que este espaço do Café Central seja devolvido à população para seu usufruto. E já agora que nos digam como é que ficou o processo de dívida por parte do último arrendatário do espaço e se chegou, ou não, a pagar todas as rendas em atraso, na altura. Ficávamos também a aguardar esses esclarecimentos.

Aproveitando esta intervenção, gostava também de questionar acerca do andamento da obra da Zona Histórica, uma obra que tem estado com alguma dinâmica, creio que até houve alterações na liderança, na ponte entre o Executivo e o responsável pela obra. Gostávamos de lhe perguntar se nos consegue adiantar uma data para a sua conclusão ou será mais esta uma obra que levará mais um pedido de desculpas há população como já fez relativamente às obras na Zona Industrial e mais recentemente às obras na Casa da Cultura. Pedir desculpa uma vez, todos compreendem, mas uma segunda vez já só alguns aceitariam, três vezes seria mesmo assumir uma incapacidade para estar a ocupar este lugar.

Aproveito ainda para o questionar acerca de uma situação que no meu entender representa um perigo diário para a circulação automóvel e de peões que deve ser motivo de preocupação porque já há muito tempo se encontrar assim, refiro-me ao edifício que se encontra em frente à Capela Mortuária de Oliveira do Hospital. Estamos a falar de um edifício privado, bem sabemos, que se encontra em estado devoluto e apenas com duas fachadas sendo que uma delas confronta com o passeio, onde diariamente circulam centenas de pessoas, e como na estrada circulam centenas de veículos. Não sei se o Executivo já terá tomado medidas para que o seu proprietário proceda à demolição destas paredes, ou se nesta impossibilidade pode o Município substituir-se aos proprietários e com os próprios meios proceder a esta demolição, uma vez que, na minha opinião, estamos perante uma situação de segurança pública.

No nosso entender é em situações como estas que se deve mostrar quem está para fazer ou acontecer ao invés de quem promete e no final da desgraça acontecer depois ir apenas lamentar-se

Relativamente à situação financeira demonstrada nada de novo a registar a não ser a reconfirmação que estamos perante um Executivo que prefere as

promessas em vez da obra feita, só assim é que se justificam as baixas taxas de execução no Orçamento e que nos levarão para mais uma revisão que faremos a seguir.

Estamos perante um Executivo que vive num estado de permanente eleitoralismo e, no nosso entender, deveria ficar circunscrito à campanha eleitoral, sendo que no fim desse período os eleitos deveriam focar-se em resolver os problemas das pessoas e estão a pensar nas promessas e querem ver obra realizada e os seus problemas resolvidos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Este de facto é um ponto de informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Sobre o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril foi criada aqui uma comissão. Gostava de saber se há algum desenvolvimento uma vez que vamos entrar em dois mil e vinte e quatro e ficamos a cerca de quatro meses da realização dessa tão importante efeméride?

Porque é que algumas das coletividades não receberam apoio? A Tuna recebeu apoio mas a Associação de Jovens não recebeu apoio, a Associação dos Amigos de Meruge não recebeu apoio, para além de que as IPSS também não são contempladas nessas verbas.

Depois também uma outra questão que me foi colocada por uma coletividade que enviou à Associação dos Amigos de Meruge pedidos de apoio para um Polidesportivo, para o piso e para a eletricidade, etc, e dizem que ainda não obtiveram qualquer tipo de resposta e era importante que a obtivessem.

Uma outra questão para dizer que estamos a concluir as obras no Polidesportivo de Nogueirinha, mais exatamente no espaço envolvente, e esperamos inaugurar como Espaço Multiúso e não como apenas Polidesportivo uma vez que, e infelizmente para nós, as crianças e jovens para praticarem desporto são escassas.

Para concluir dizer que só se emociona quem tem sentimentos positivos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a questão das tais promessas e realização de obras hoje recebi o mapa resumo da realização de obras e pagamento de obra feita e perfaz até ao dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e três, 15,41 milhões de euros

que foram pagos pelo Município em obra executada, alguma dela com Cofinanciamento Comunitário. Isto é a demonstração da capacidade de execução financeira e naturalmente da obtenção de reembolso que esperemos que venha o quanto antes para alimentar o Orçamento para fazer mais obra e resolver mais problemas.

Isto não é propaganda é a informação da Dra. Ana Cristina Oliveira Esteves da Contabilidade e são os valores do investimento em pagamentos feitos no quarto trimestre de dois mil e vinte e três.

Quero também agradecer o reconhecimento que fez relativo às iniciativas de Natal, sei que foram sinceras e genuínas, e como disse, até porque o tema já é repetitivo, queremos melhorar esse desempenho para que no próximo ano os seus elogios sejam mais rasgados e mais efusivos.

Relativamente à Zona Industrial, a obra está concluída, no âmbito daquilo que é a operação cofinanciada, e foi acompanhada com fiscalização externa e quaisquer anomalias que sejam detetadas terão que ser repostas no quadro daquilo que é a garantia da obra.

Relativamente ao Centro Histórico queremos que a obra se conclua o mais rapidamente possível. Se for possível conclui-la até ao final do mês de fevereiro é ótimo. Tenho é que partilhar isto com a Assembleia Municipal para perceberem também, independentemente das apreciações que eu livremente me submeto sobre a minha competência e incompetência, porque quem está nos cargos públicos já sabe que as apreciações são feitas livremente, e cada um opina livremente. Aliás, qualquer um atribui o apuro de competente ou incompetente com a maior leviandade e quem está no exercício das funções tem que as aguentar. Se eu dissesse isso sobre outrem era invocada logo a defesa da honra, mas eu não vou invocar a defesa da honra porque sei que fui eleito pela larga maioria dos Oliveirenses, presto contas, somos sufragados sistematicamente, somos avaliados sistematicamente e, a partir daí, a apreciação de carácter subjetivo, seja nas redes sociais, nos programas de rádio ou ali da tribuna, atribuindo-nos o apuro e a designação do que quer que seja, é um ato livre e eu não vou fazer essa avaliação sobre o seu desempenho porque não me sinto competente para avaliar a sua competência, mas não teve pejo nenhum em atribuir logo o apuro de incompetência. Portanto, isso demonstra como é que cada um vem ao jogo. Eu ouvi-o serenamente e não o interrompi e o Senhor interrompe sistematicamente porque faz parte da sua estratégia e obviamente se pensa que me vai zangar ou que me vai tirar do sério, descanse que não me vai tirar do sério!

Vou concluir, respondendo-lhe com três tópicos: O desempenho do Município em termos financeiros é bom, e o Senhor sabe que é bom mas não o disse; Sobre a conclusão da obra, dizer que a obra tem andado mas há coisas que eu não controlo, nomeadamente termos estado vários meses à espera de um parecer da Direção Geral do Património por causa da mudança do Pelourinho. São circunstâncias de quem gere a coisa pública.

E agora vou dizer-lhe descontraidamente que eu também tenho coragem e disse: Mudem o pelourinho à minha responsabilidade. Mas alguém me alertou que isso dá perda de mandato e eu também disse: Então não façam isso, porque assim fazia a vontade à oposição, e eu não estou aqui para fazer a vontade à oposição. Mas estamos aqui para executar a obra e para cumprir a legalidade apesar de insinuarem o contrário.

Portanto, veio o parecer e o pelourinho já foi desmontado e ainda não foi repostado no sítio onde estava originalmente, e que era junto ao edifício da Câmara Municipal como rezam os documentos antigos.

Eu percebi a sua insinuação!

Quero aqui enaltecer o trabalho da Vereadora Graça Brito, do Vereador Nuno Ribeiro, do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Nuno Oliveira, no acompanhamento das obras do Centro Histórico e quero agradecer o empenho de todos e a seriedade das equipas técnicas e da fiscalização contratada por este Município para acompanhar os serviços nas reuniões duras, difíceis e combativas que temos com todos os empreiteiros para que as obras avancem, para que haja execução física, para que haja execução financeira, para que possamos pagar. E este Município gaba-se por pagar a tempo e horas, e até paga em adiantamento, porque é legal, para gerar liquidez nas empresas para executarem obra e, isso, demonstra a qualidade da situação financeira do Município. Mas também sei que aqueles que disseram aqui, há um ano, que passávamos com um grande saldo de gerência, este ano, vão dizer que o saldo de gerência é pequeno, e sabe porquê? Porque no último trimestre saíram do Município de Oliveira do Hospital, para pagamento de empreitadas, 15,41 milhões de euros. Esta é a realidade.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, dizer-lhe que a comissão terá que ser criada no seio da Assembleia Municipal e já houve uma conversa com a Sra. Vereadora da Cultura. Creio que a Comissão proposta pela Assembleia Municipal é muito vasta, é enorme, e tinha que se criar um núcleo mais reduzido para que possa ser funcional.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, no valor de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros), como apoio à realização da “Feira do Porco e do Enchido - 2023”.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Concordo com a atribuição deste subsídio porque é um reconhecimento Camarário a este tipo de eventos que valorizam cada uma das Freguesias que os realizam e valorizam também o Concelho.

Uma nota breve para salientar o apoio financeiro que a Câmara Municipal tem dado às Freguesias, através de protocolos, e que, para o ano de dois mil e vinte e quatro, tem mais 30 % para despesas de capital. Isso é importante e dá mais margem de manobra às Freguesias para poderem fazer mais alguma coisa.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Meruge, no valor de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros), como apoio à realização da “Feira do Porco e do Enchido - 2023”, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), como apoio à construção de uma Casa Mortuária em Ervedal da Beira.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Ponto III dizer que Ervedal da Beira nunca teve uma Casa Mortuária e a partir do momento em que começou a cair em desuso velar os mortos nas suas próprias habitações havia que arranjar um espaço para velar os defuntos. Foi através da igreja que se arranjou um espaço, a capela da Senhora



da Piedade, que passou a se utilizado como Casa Mortuária, mas aquele espaço é muito pequeno e havia a necessidade de se construir uma Casa Mortuária com melhores condições e que pudesse comportar mais gente e com outra comodidade. Isto fazia parte do nosso programa eleitoral que foi sufragado nas últimas Eleições Autárquicas e resolvemos avançar com a construção desta Casa Mortuária.

Quero agradecer à Câmara Municipal a disponibilidade da parte técnica, porque este projeto já existia e teve algumas alterações, e, depois, também nos orientaram nas várias fases do Concurso. A obra está adjudicada com cerca de oitenta e sete mil euros, já com IVA incluído, e irá ser iniciada no próximo mês de janeiro.

Quero agradecer também à Câmara Município a aprovação desta proposta de apoio financeiro que agora vem à Assembleia Municipal para aprovação, se assim o entenderem.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros), como apoio à construção de uma Casa Mortuária em Ervedal da Beira, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) e n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, do pedido de prorrogação de prazo de isenção de IMI - Vanessa Gonçalves Paiva - Ervedal da Beira.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Esta isenção decorre do Estatuto de Benefícios Fiscais que têm justificado na documentação referente ao Ponto IV.

Relativamente ao processo e à cronologia dizer o seguinte: Em 2019 a cidadã pede a licença de obras; Há a avaliação do nível de conservação do imóvel, houve uma vistoria técnica feita pela Eng.ª Graça Cardoso e pela Sra. Arqt.ª Sara que fazem uma avaliação com o nível de avaliação de péssimo dadas as anomalias da casa. Também em 2019 é emitida a licença de obras. Em

dezembro de 2021, é emitida a licença de utilização, com o fim das obras. Em Novembro de 2023 há uma nova vistoria feita pela Eng.<sup>a</sup> Graça Cardoso e pela Sra. Arqt.<sup>a</sup> Sara que fazem a avaliação final ao estado do imóvel após as obras, sendo necessário que o imóvel tenha subido dois níveis de qualidade e subiu para o nível excelente.

Este pedido de isenção do IMI é feito, como disse, ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais e foi querido em 2019 e, depois, originou as vistorias que já referi. Era da responsabilidade da Câmara Municipal a isenção do IMI para o período dos três anos correspondentes a 2021, 2022 e 2023 e cabe agora, mediante novo requerimento da cidadã, à Assembleia Municipal, depois de apreciado por unanimidade na Câmara Municipal, haver uma prorrogação desta isenção por mais cinco anos, para o período de 2024, 2025, 2026, 2027 e 2028.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) e n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, do pedido de prorrogação de prazo de isenção de IMI - Vanessa Gonçalves Paiva - Ervedal da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2023 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2023.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Orçamento, a par das Grandes Opções do Plano, no momento em que é aprovado, é um documento de gestão previsional que reflete as oportunidades e tentativas de financiamento e as oportunidades para realizar investimento.

Para além da receita e despesa corrente acomoda a receita e despesa de capital necessária à sustentação dos investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano. Na sua elaboração é previsto um conjunto de investimentos cuja concretização está condicionada por um lado à obtenção de financiamento e por outro lado ao ritmo de execução das empreitadas.

No final de cada ano constata-se uma diferença entre o valor orçamentado e o executado até à data.

Refira-se que a taxa de execução do Orçamento Municipal deve ser igual ou superior a 85 %.

As revisões ao Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes e Orçamento Municipal que ora se apresentam à análise e aprovação da Assembleia Municipal, completam uma estratégia de adequação de tais documentos às exigências legais em matéria de compromissos e fundamentalmente à taxa de execução orçamental de pelo menos 85 %.

Relembrar que em 2022, no que diz respeito à Revisão Orçamental, tínhamos um Orçamento de trinta e nove milhões, cento e cinquenta e dois mil seiscientos e cinquenta e um euros que teve um valor de revisão em baixa de doze milhões, novecentos e setenta e seis mil euros, o que fez 33,14 % de revisão. Em 2023 a proposta do Orçamento era de trinta e oito milhões, oitocentos e quarenta e dois mil e dois euros e a redução é de oito milhões, setecentos e oitenta e dois mil euros, ou seja há aqui uma revisão de 22,61 % em baixa.

Portanto, há aqui uma redução em baixa, muito por força daquilo que foi o nível de execução de empreitadas e o esforço financeiro que o Município teve de fazer ao longo do ano de 2023, uma vez que tinha um conjunto de operações cofinanciadas com Fundos Comunitários que teve de executar e pagar.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a este Ponto VI não posso apresentar a nossa opinião sem me reportar à intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, há precisamente um ano, quando nos apresentou o Orçamento e as GOP que agora quer rever. Já sabemos que é para o cumprimento de uma obrigação legal, e que é sempre assim nos últimos treze anos, e que no nosso tempo não era nada assim porque senão tínhamos também corrigido, e as outras Câmara Municipais aqui à volta fazem também o mesmo, e mais uma série de argumentos que o Senhores virão aqui indicar para contrapor a nossa posição.

Apesar de tudo passo a dizer que factos, são factos, e o que estamos aqui a rever é um documento que muito mais do que um procedimento matemático tem que estar de acordo com a legislação, estamos a rever um documento político que deveria estar a indicar a direção para o desenvolvimento futuro do

nosso Concelho e, se assim for, não nos pode deixar tranquilos tendo em conta os sinais que transmite.

Dizia o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na altura: “*Este Orçamento ascende a trinta e quatro milhões, cento e vinte e cinco mil euros e as Grandes Opções do Plano a vinte e cinco milhões, cento e vinte e cinco mil e duzentos e setenta e cinco euros. Relativamente às GOP os objetivos com maior dotação são a Educação com mais de cinco milhões e trezentos mil euros.*”

Segundo a revisão que nos apresenta vai terminar 2023 com um valor nesta rubrica de seis milhões e noventa e sete mil euros, sendo que quatro milhões, cento e sessenta mil, estão relacionados com o apoio educativo, quinhentos e oitenta mil com a Ação Social, e trezentos e cinquenta e cinco mil euros com as Transferências de Competências. Apenas estes valores perfazem mais de cinco milhões de euros no total desta rubrica.

A nossa questão é a seguinte: Por exemplo a ESTGOH, para esta instituição, que o Senhor e o seu Executivo gostam tanto de referenciar quando vos dá jeito, estavam previstos inicialmente nas GOP duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos euros e depois desta revisão ficou apenas com cinquenta e quatro mil euros. Para quando as tantas vezes prometidas novas instalações? Onde é que está o sinal claro nesta revisão que poderão ser uma realidade? Será que colocaram no Orçamento o valor de cem mil euros para apoio à construção de uma Residência para Estudantes que só por si já é um valor superior aos noventa e um mil euros que estão inscritos para a construção das novas instalações, será um sinal correto? Não estamos a começar pelo telhado e a criar condições de habitabilidade para estudantes numa escola que tem instalações provisórias há mais de vinte anos? Ou estaremos com isto a querer resolver outro tipo de problemas a outro tipo de entidades?

Continuava o Sr. Presidente afirmando que para o urbanismo, três milhões e quinhentos mil euros, e com esta revisão o valor afinal baixa para dois milhões e setenta e nove mil euros, uma redução de mais de duzentos e cinquenta mil euros. Mais ou menos quatrocentos e cinquenta mil euros estes valores estão relacionados com as empreitadas em curso na Zona Histórica e os outros oitocentos mil de onde é que vêm? Simples, setenta e um mil e oitocentos euros são para um programa que ainda ninguém sabe muito bem o que é, e que se chama Cidade Futuro OH 2030, que tinha um valor previsto de setenta e cinco mil euros, ficou com duzentos euros para manter a rubrica aberta, no entanto já estamos em 2024 e o projeto 2030 está quase a meio. Duzentos e setenta e quatro mil e novecentos euros são para a revisão dos duzentos e

setenta e cinco mil euros que estavam afetos às acessibilidades 360 graus, melhorias nas ruas da cidade, fica para outras GOP novamente.

Cento e dezanove mil e oitocentos euros caem dos cento e vinte mil euros que estavam previstos para a estratégia local de habitação. Ficou esta rubrica com apenas duzentos euros. Aqui estão em linha com o Governo que caiu.

Estes são apenas alguns exemplos, mas continuando com o que o Senhor dizia, e dizia assim: “Com a Cultura, Desporto e Tempos Livres com dois milhões trezentos e cinquenta mil euros”.

Na realidade apresentava agora um valor de um milhão e setecentos e cinco mil euros mas que na verdade passaram a ser novecentos e treze mil euros. Ou seja, uma revisão de mais de oitocentos e setenta mil euros dos quais mais de duzentos mil na Cultura, mais de seiscentos e quarenta e dois mil no Desporto e na rubrica da Juventude e Tempos Livres que já só tinha o valor previsto de trinta e seis mil euros levou um corte de vinte cinco mil e trezentos euros para apenas dez mil e setecentos euros. Estes, sim, são sinais preocupantes.

Vejam bem, que se fala tanto no Orçamento Participativo Jovem e com tanta promoção que lhe fazem para no final ter um valor de dez mil euros nas GOP e simplesmente cortaram nove mil e novecentos euros deixando um valor de cem mil euros apenas.

O corte de mais de seiscentos e quarenta e dois mil euros no desporto reflete-se na sua maioria ao Complexo das Piscinas. Para quando a sua execução?

Continuando com as palavras que o Sr. Presidente dizia na altura, o último objetivo diz respeito às comunicações aqui com um grande impacto a rede viária e a sinalização.

Vamos ver se foi assim que aconteceu. Segundo o documento que nos traz estavam previstos na área das comunicações e transportes cerca de dois milhões e cinquenta e cinco mil euros e com o corte de mais de um milhão de euros fica esta rubrica apenas com pouco mais de metade do que estava previsto. Só na rede viária e sinalização o corte foi de mais de novecentos e sessenta e cinco mil euros. Até as obras de construção da via de acesso ao novo Campus Educativo foram remetidas para o próximo ano e mais uma vez o sinal claro de falta de programação e visão. Está o edifício praticamente na sua fase final de execução e que na realidade já era para ter sido concluído, segundo o que foi anunciado nesta Assembleia, e os acessos ainda nem sequer saíram do papel.

Podemos continuar a fazer este exercício relativamente a muitas outras rubricas pois as diferenças são imensas. São sinais como estes que nos preocupam, não nos criam nenhuma ansiedade, e já preocupam parte dos nossos Municípios e esperamos que o comecem a preocupar a si e nota-se que até criam algum nervosismo.

Já sabemos que com esta revisão se pretende cumprir a lei mas tudo isto era evitado se em vez de elaborarem um documento de campanha eleitoral fizessem um documento sério e exequível.

Bem sabemos que houve variações e diferenças que deveriam ser corrigidas como se de um caso excepcional se tratasse e infelizmente não é disso que se trata.

Em linha com o que temos vindo a defender tanto no Executivo como nesta Assembleia e preparados para as críticas à nossa intervenção, manifestamos a nossa oposição a esta revisão votando contra.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Dou os parabéns ao meu antecessor pelo trabalho que teve, e não sei se foi ele que o fez, de ler, confrontar, meditar. É um trabalho inútil e que não me convenceu. Já aqui ando há uns anos e gostaria de o aconselhar a aprender a fazer um Orçamento. O que o nosso amigo mostrou aqui é que não tem visão para fazer um Orçamento.

Um Orçamento é um documento previsional e tem que conter rubricas contando com Fundos Europeus ou com financiamentos expectáveis, etc, etc, e o Senhor sabe isso perfeitamente.

O que disse fica bem para um exercício de números mas na prática não pode ser. Hoje, como em todas as autarquias, se faz esta correção e isto não é novidade nenhuma.

Naturalmente que podem votar contra e absterem-se mas isto é mais um número para futuro e para ficar registado e para dizerem que votaram contra.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“A primeira questão que eu acho que era importante refletirmos é que o Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, na introdução ao Ponto VI, leu, e leu muito bem, e diz assim: Apreciação e votação, nos termos e para os

efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nem todos os Srs. Deputados têm a obrigação de identificar esta lei e saber nomeadamente quando é que ela foi aprovada, publicada e quando entrou em vigor, mas alguns elementos da nossa bancada têm. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi publicada no Diário da República no dia 12 de setembro de 2013, fruto de uma aprovação que foi feita na Assembleia da República, e daí se chamar lei. Quer isto dizer que quem veio implementar esta lei e quem deu corpo e letra a esta lei foi o Governo liderado por um Senhor chamado Pedro Passos Coelho. Ou seja, a possibilidade, a necessidade de rever os Orçamentos em função da lei que estava a ser feita não foi nenhum Membro do PS, estes bandidos que arranjaram aqui um escape malandro para depois vir fazer Orçamentos propagandistas e eleitoralistas, com base numa lei aprovada na Assembleia da República quando era Governo e sob proposta do Dr. Pedro Passos Coelho, e foram estes Senhores que criaram a lei e a hipótese de rever o Orçamento. Isto é uma questão extraordinária porque os malandros do PS e especificamente este Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vêm aqui usar este subterfúgio!

Eu percebo perfeitamente, nós já vivemos tempos em que se faziam aqui Orçamentos mirradinhos, em que se faziam Orçamentos de vista curta e percebe-se que há aqui um aspeto saudoso nas intervenções neste púlpito mas na base daquela antiga divisa, pobrezinhos mas lavadinhos. Esta divisa fará dentro de quatro meses cinquenta anos e acabou, deixou de existir, mas aqui no Concelho continua ainda a existir na cabeça e na mentalidade de muitos nomeadamente daqueles que aqui lideravam os destinos deste Município. Efetivamente isso aconteceu, no entanto os Senhores que foram apeados em 2009 do governo deste Município deixaram de ter sequer oportunidade para colocar esta lei e ainda não tiveram oportunidade.

Efetivamente perante um Orçamento que curiosamente era superior ao Orçamento do ano anterior estamos a fazer um reajuste de cerca de três milhões de euros a menos. Ou seja, para um Orçamento maior estamos a reajustar com oito milhões de euros e sabem porque é que isso acontece? Acontece porque este Executivo consegue captar investimentos e não os consegue captar todos e se conseguisse se calhar tínhamos aqui um problema e haveria alguém que seria candidato a algo mais do que um simples Presidente do Município. O Município não consegue captar todos os investimentos mas vai conseguindo captar e vai à luta por eles, consegue angariá-los, consegue executar a obra e sobretudo

investir o dinheiro que lhe atribuem, e não precisam sequer de ir pedir empréstimos para obras que não realizam e que não executam.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara Municipal, conte connosco, conte com a bancada do PS para aprovar a revisão ao Orçamento que é proposta.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Só queria deixar as seguintes notas de esclarecimento: Já me vou habituando aos adjectivos e aos apupos, é da circunstancia!

Deixar as seguintes notas, e tenho que o dizer, e acho que já o disse no ano passado: As revisões não são feitas unicamente no Município de Oliveira do Hospital, nem foram inventadas no Município de Oliveira do Hospital, como aqui observou, e bem, resultam de uma lei, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovada no tempo do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e do Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas. Portanto, estamos a usar um recurso legal de um Governo do PSD em coligação com o CDS.

Dizer que não sendo essas revisões exclusivamente feitas em Oliveira do Hospital, nem foram inventadas em Oliveira do Hospital, e às vezes quer se passar a ideia que há aqui uma coisa habilidosa mas as revisões são legais.

As revisões orçamentais são um instrumento legal dos Municípios e a grande parte dos Municípios utilizam estas revisões.

Designar como incapazes e autores de documentos não sérios está por acaso o Sr. Deputado a dirigir-se às revisões orçamentais feitas em Municípios como Arganil, Pampilhosa da Serra, Coimbra ou Cantanhede? É que também são feitas revisões orçamentais nestes Municípios, e as palavras incapazes e não sérias são suas! E, agora, já não sei se é da ansiedade ou se é da má interpretação dos documentos porque convenhamos o Senhor esteve a fazer uma apreciação do Orçamento proposto e que foi corrigido agora.

Falou na ESTGOH, e eu sei que o Senhor é useiro e vezeiro na arte de interromper o Presidente da Câmara Municipal mas, por mais maneiras de diversão que faça e desse sorriso, fique descansado que não me tira do foco daquilo que eu quero dizer.

A ESTGOH não é usada quando nos convém mas vocês parece que a negam persistentemente e repetidamente.

Dizer-lhe porque talvez não saiba que as Residências Universitárias têm uma candidatura aprovada no PRR e aprovada pelo IPC para realizar em Oliveira do Hospital.



As instalações da ESTGOH - O Município de Oliveira do Hospital já tinha um projecto, já o apresentou, e já encomendou o projecto final de arquitectura e das especialidades, e fica já aqui dito, é o IPC que vai ser o dono da obra de acordo com o financiamento que estamos a trabalhar, e não é quando nos convém, é porque queremos e é uma opção nossa, porque quando vos convém usam a ESTGOH e quando não convém atacam a Câmara porque não faz, mas esta Câmara tem feito e vai continuar a fazer pela ESTGOH.

Por exemplo, o projecto das acessibilidades se não está executado está para executar e fez aqui alusão à Cidade Futuro OH 2030 que está na base de negociação do Pacto da CIM, daquilo que agora se chama a ITI da CIM, e foi isso que nos permitiu inscrever na candidatura da CIM oito milhões e meio de euros para executar em Oliveira do Hospital, serviu para isso o tal Cidade Futuro OH 2030.

O projecto 360 graus está ainda em apreciação, estava inscrito, foi feita a candidatura e como não está aprovado no PRR por isso não podemos executar.

O Orçamento Participativo Jovem é o exemplo acabado do exercício que o Sr. Deputado fez e que é a não vinculação abusiva, artística daquilo que são os números e os valores do Orçamento, e sabe porquê? Porque o Senhor sabe, e ainda assim insinuou, estes rapazes meteram dez mil euros para o Orçamento Participativo Jovem mas agora vão tirar aos jovens para nada fazerem, mas não é nada disso, porque como a obra não foi executada, como o projecto não foi executado, foi revisto em baixa, mas você insinuou que tínhamos metido dez mil euros para os jovens e que lhes foram retirados e, isso, é politicamente feio, e você manipulou e abusou dos números, e fala você em seriedade e em incapacidade!

O Senhor conseguiu a desfaçatez de dizer isto: Prometeram as obras no Centro de Saúde, as tais candidaturas, mas não fazem nada!

Pois, não, sabe porquê? Porque nesta altura não há nenhuma despesa para fazer, foi revisto em baixa mas não há candidatura. Há contrato assinado com o PRR e com o Município de Oliveira do Hospital no valor de dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil euros que permitem o financiamento das obra de remodelação e ampliação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital do qual se está a preparar o concurso para dois mil e vinte e quatro. Não há obra nenhuma a executar em dois mil e vinte e três e por isso se revê em baixa este valor.

Este esclarecimento é o claro contraste entre dados factuais e a manipulação habilidosa que o Senhor aqui fez.”.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de 2023 e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) de 2023, que foi aprovado por maioria, com 5 votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, constituída pelas Grandes Opções do Plano, para os anos de 2024/2029; o Orçamento da Receita e da Despesa para 2024 e o Plano Orçamental Plurianual e ainda a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2024, que nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e do n.º 4 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de Orçamento.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero basicamente dizer o seguinte: Trata-se de um Orçamento que é uma proposta. Nós não apresentamos aqui Orçamentos mirradinhos, até porque se apresentássemos aqui Orçamentos mirradinhos naturalmente que nos criticavam por falta de visão ou visão estreita, falta de capacidade de conquistar financiamento, não criarmos oportunidades no Concelho, falta de investimento.

Temos aqui um Orçamento que ascende a trinta e nove milhões e setecentos mil euros e temos nas Grandes Opções do Plano vinte e oito milhões e seiscentos e setenta e cinco mil euros. Obviamente que este crescimento do Orçamento, em relação a dois mil e vinte e três, resulta das verbas que temos que executar no PRR, o Centro de Saúde, a área de acolhimento empresarial para a Comunidade de Energia Renovável, temos o projecto que está em apreciação no Tribunal de Contas para o financiamento da remodelação do Estádio Municipal, e foi ao Tribunal de Contas porque o valor final assim o abrigava, temos a primeira fase das Piscinas Municipais.

Portanto, temos aqui um Orçamento que também responde ao aumento da despesa, por exemplo, na área do ambiente, recolha e tratamento de resíduos,

cuja fatura vai aumentar. Também já prevê a conclusão das obras do Centro Educativo e da Casa da Cultura e o arranque de funcionamento da Casa da Cultura, que tem uma verba para esse fim. Tem uma componente também que passa pelo investimento na ESTGOH, e isso é factual e não é de conveniência. Tem a componente de protecção nas famílias. Tem um forte investimento na área da habitação, seja pela execução dos projectos de alojamento urgente e temporário, seja no domínio do parque habitacional a preços acessíveis, seja a execução da estratégia local de habitação através do acesso ao programa do 1º Direito. Como já disse, temos a obra de 2,3 milhões de euros, do Centro de Saúde. Temos uma verba acima de um milhão de euros para sinalização e pavimentação da rede viária Municipal. Temos as operações integradas de gestão da paisagem no domínio da floresta, e vamos ter para a semana uma reunião com o ICNF para lhes dar um novo impulso. E tem aqui uma componente que importa destacar que é o reforço das verbas para as Juntas de Freguesia. Fruto do debate que temos tido aqui na Assembleia Municipal entendemos reforçar a componente das Freguesias para a recolha de resíduos sólidos urbanos mas também reforçar em 30 %, em despesas de capital, a dotação para as Freguesias. Nesse domínio da descentralização temos oitocentos e quarenta e três mil euros alocados à descentralização de competências para as Freguesias e que também estão contempladas nessas verbas para a descentralização das Freguesias a criação dos Espaços do Cidadão.

Dizer ainda, relativamente à transferência para as Freguesias, que nós tivemos um aumento de transferências do Orçamento de Estado de 15 % e o nosso aumento para as despesas de capital para as Freguesias é na ordem dos 30%. A nossa expectativa, havendo folga orçamental, é continuar a fazer crescer esta relação de confiança e esta relação de trabalho profícuo que é descentralizando competências e meios para as Freguesias.

É um Orçamento que continua a apostar no apoio ao desporto, continua a apostar no apoio à cultura, continua a apostar no apoio ao associativismo, não há cortes nem há qualquer redução de verbas nessa matéria. É um Orçamento muito preocupado com a protecção das famílias mais vulneráveis. É um Orçamento que também repercute aquilo que são as novas responsabilidades que passaram para o Município, já tínhamos assumido a área da educação e toda a componente de despesas correntes com a manutenção do parque escolar e também o pessoal, também contratámos mais pessoal e temos no mapa de pessoal a previsão de contratar mais Assistentes Operacionais para as escolas mas também está equacionada uma verba para a recuperação e manutenção

desse mesmo parque escolar no âmbito da transferência de competências na educação.

Na ação social vamos manter o apoio às famílias, percebemos que há aqui vulnerabilidades que temos de continuar a estar atentos e tem havido, até agora, por via da proximidade, um maior afluxo à aplicação social, agora em exercício pelo Município e também envolve o serviço de atendimento e acompanhamento social implementado no terreno para a Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral e a equipa de protocolo do rendimento social de inserção afeta à Santa Casa da Misericórdia de Galizes e, nesse domínio, dizer que na educação fizemos um protocolo de delegação de competências no Sr. Diretor do Agrupamento, assentes num princípio da autonomia, da confiança e da boa cooperação e também naturalmente replicando o que foi feito na educação na área da ação social com a Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral e da Santa Casa da Misericórdia também assentes nesses mesmos princípios da cooperação, da confiança e da autonomia, também delegámos a execução de parte destas competências nessas entidades.

Dizer também que a partir do dia um de janeiro o Município passará a exercer as competências no domínio da saúde e este é um sector muito sensível. Dizer ainda que não cabe ao Município contratar Médicos, contratar Enfermeiros, contratar pessoal especializado, nomeadamente Psicólogos, Assistentes Sociais e Assistentes Técnicos. Cabe ao Município pagar os vencimentos dos Assistentes Operacionais, manter as Extensões de Saúde e o edifício do Centro de Saúde, toda a manutenção das viaturas. É um investimento que também pela proximidade percebemos que vai ser um trabalho que vai criar uma grande ligação, uma grande articulação, já foi feita uma reunião com os responsáveis do Centro de Saúde precisamente para agilizar este processo de transferência de responsabilidades e de competências para o Município de Oliveira do Hospital. Da mesma forma que o processo está a correr bem na área da educação, da mesma forma que o processo está a correr bem na área da ação social, temos a expectativa que também o processo venha a correr bem na área da saúde. Na área da saúde acresce o facto das obras de ampliação e de remodelação do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital que naturalmente vão implicar dois milhões trezentos e trinta e cinco mil euros de investimento. Há a questão dos Médicos e o Município teve uma atitude proactiva que mereceu aprovação de todos, ao criar este regime de incentivos aos Médicos, que estará mais à frente para apreciação e votação, precisamente para captar mais profissionais de saúde na área da Medicina Geral e Familiar para o Centro de

Saúde. Como se costuma dizer não basta ter boas instalações para os utentes e para os profissionais de saúde e temos que ter aqui reforço de profissionais de saúde principalmente na área da Medicina Geral e Familiar em Oliveira do Hospital para dar respostas à população, seja nas Extensões de Saúde, seja no renovado Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Como disse, continuaremos a dar apoio ao Associativismo, seja de carácter desportivo, seja de carácter cultural, aumentámos a verba para o Orçamento Participativo Jovem e naturalmente que o sector social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social temos também uma verba consignada para apoio às instituições que têm projetos em fase de execução ou no início de empreitada para ajudar essas mesmas instituições no desenvolvimento dessas mesmas empreitadas. Ou seja, este Orçamento, pelos números, é um Orçamento ambicioso, talvez seja o maior Orçamento de sempre do Município de Oliveira do Hospital, e poderia ser ainda maior se acoplássemos todos os valores que neste momento temos em negociação e apreciação, seja na CIM, seja incorporando, por exemplo, os oito milhões de euros do programa de habitação a preços acessíveis.

Portanto, é um Orçamento ambicioso por incorporação de vários financiamentos Nacionais e Fundos Comunitários, Contratos Programa com o Governo, lembro-me das intempéries, com dois milhões e oitocentos mil euros, do PRR, ainda algumas verbas do Portugal 2020, com este esforço financeiro que há pouco vos disse de mais de quinze milhões de euros da CCDR que vão agora gerar reembolso, mas também as verbas do PRR e do Portugal 2030 que acreditamos que no final do primeiro semestre de 2024 saiam os primeiros avisos de concurso e vamos ter a capacidade de fazer as candidaturas e de obter os financiamentos.

É definidamente um Orçamento ambicioso, realizador e solidário para proteger as famílias e os cidadãos e é claramente redistributivo no financiamento das colectividades desportivas, culturais e recreativas e também das instituições do sector social e reforça em mais de 30 % os meios para as Juntas de Freguesia. Esta é a nossa opção e é a nossa opção que estamos aqui a apresentar em traços largos e que pomos ao sufrágio e à apreciação da Assembleia Municipal.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou os itens quase todos.

Este Orçamento, como já foi dito, é na ordem dos quarenta milhões de euros e é um dos maiores Orçamentos do Concelho de Oliveira do Hospital e uma das razões, que também já foi aqui evidenciada, tem a ver claramente com as novas competências atribuídas ao Município na área da ação social, da saúde e da educação.

Há aqui uma questão que gostaria de enfatizar e que é a seguinte: É a capacidade que o Município tem, que os seus técnicos têm e que os recursos humanos têm de receber as novas competências e de aceitarem estes novos desafios e que representam uma mudança drástica na atividade e no modo de trabalhar mas estamos cá para dizer, sim, e para conseguir chegar a bom porto.

Gostaria de enfatizar as seguintes situações: A modernização dos serviços e o novo edifício do Centro Municipal de Proteção Civil, que é o primeiro passo para dar novas condições aos trabalhadores dos Serviços Externos da Câmara Municipal, e isso é extremamente importante.

Referir também o Centro de Proteção Animal com canil e gatil e não há muitos Concelhos que tenham um equipamento com a qualidade que nós temos e estamos na vanguarda nesta situação.

Estamos todos os dias atentos às necessidades das famílias e as verbas estão contempladas e reforçadas no Orçamento.

Damos valor e acreditamos nas Juntas de Freguesia e, quer o Estado, quer a Câmara Municipal, reforçámos as verbas para as Juntas de Freguesia e temos a certeza que vão fazer mais e melhor.

Vamos melhorar a rede viária, quer em termos de pavimentação, quer em termos de sinalização horizontal e vertical, quer na colocação de railes de segurança.

Acho que nos devemos orgulhar da Comunidade de Energia Renovável que representa um número significativo de milhões na nossa Zona Industrial e somos um Concelho inovador a nível Nacional.

Também o reforço da Rede de Águas e Saneamento feito agora pela empresa intermunicipal das Águas Públicas da Serra da Estrela.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal também já referenciou a questão da higiene, ambiente e sustentabilidade e aqui há uma fatura a pagar que cresceu claramente e que é a fatura da recolha dos resíduos e temos que a suportar.

Na habitação e no urbanismo, temos que apostar fortemente na reabilitação e construção a custos controlados. Já sabemos que a oposição não quer isto, não quer residenciais, e o que interessa é a iniciativa privada e que a

intervenção do Estado seja zero, ou quase zero, mas nós, não, e entendemos que o mercado deve ser regulado e estamos nesse caminho.

Na saúde deixem-me enfatizar o novo Centro de Saúde e temos a melhor condição para fixar profissionais com as novas instalações de qualidade.

No Orçamento valorizamos também as áreas do desporto e juventude, educação, Casa da Cultura, as piscinas, melhoria do Estádio Municipal, etc, etc.

Agora, meus amigos, há uma coisa que eu não percebo, eu adivinho que a oposição vai votar contra o Orçamento e eu não consigo compreender esse voto contra, não só na Assembleia como também de quem já votou antes e votou contra. Eu não entendo! Não querem que as empresas do Concelho construam em Oliveira do Hospital, não querem que haja futuro em Oliveira do Hospital.

Percebo que votem contra, porque a estratégia deve ser outra, mas nós nunca o fizemos quando estivemos na oposição e abstivemo-nos.

Percebemos que a oposição não acredita em Oliveira do Hospital, nem acredita no Concelho, e, por isso, é que nunca mais virá a ser poder.

Meus amigos, assumam as vossas responsabilidades como oposição, assumam as vossas responsabilidades como Oliveirenses, especialmente as pessoas que têm responsabilidades com a Câmara Municipal e com a atividade do nosso Concelho.

Naturalmente que vamos votar a favor a proposta deste Orçamento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Raúl Dinis Costa que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto VII queria salientar o entusiasmo com que o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou este Orçamento e até vou dizer-lhe, no bom sentido: O Senhor está endiabrado!

A forma como o Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou este Orçamento revela vontade e o entusiasmo porque acredita mesmo neste Orçamento.

É um Orçamento ambicioso, um Orçamento com quase quarenta milhões de euros, e naturalmente sujeito a que no fim do ano estejamos a fazer alguma revisão, mas, isso, é natural.

Portanto, os Membros desta Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, vão votar favoravelmente e espero que a oposição também vote favoravelmente. Estou há vários anos nesta Assembleia Municipal e nunca votei contra um Orçamento, quando a Câmara Municipal era governada pelo PSD, porque, na altura era Presidente de Junta de Freguesia, e desde que

estivesse no Orçamento uma obra para a minha Freguesia eu entendia que votando contra esse Orçamento estava a votar contra a realização da obra na minha Freguesia, e podia ser acusado disso mais tarde, e, por isso, abstinha-me ou votava favoravelmente.

Penso que os Membros da oposição são pessoas inteligentes e sabem fazer a diferença do que é a discussão política e o que é um Orçamento e o que são as reais necessidades do Concelho.

Sabemos que o Concelho precisa do que está vertido neste Orçamento e, portanto, estou convicto que a oposição também vai votar favoravelmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trazia aqui uma análise com os valores deste Orçamento mas não vale a pena ser fastidioso com este assunto porque todos têm os documentos na mão e com certeza que sabem fazer contas. Não somos ingénuos, não somos iletrados e todos sabemos do que estamos a falar e do que estamos a tratar.

Efetivamente neste Orçamento está envolvido muito dinheiro e, no meu entender, e pelas diferentes rubricas que o Orçamento tem, acho que é um Orçamento equilibrado mas com ambição e é um Orçamento que tem visão de futuro. As obras que aqui estão descritas são obras e benefícios que o Concelho precisa e que os Oliveirenses precisam.

Dizer também que no passado, e quando a Câmara Municipal era governada pelo PSD, não me lembro de ter votado contra um Orçamento, apesar de o ter criticado diversas vezes pela falta de visão e pela falta de ambição do Presidente da Câmara, Mário Alves, e do seu Executivo, e disse-o aqui cara, a cara, porque efetivamente não havia ambição, não havia visão de futuro para o Concelho de Oliveira do Hospital e, por isso, é que tínhamos Orçamentos magrinhos.

O Deputado Rui Abrantes referiu que no passado não havia revisões, e é verdade, porque não existia esta lei que só saiu em 2013, mas mesmo com esses Orçamentos magrinhos havia execuções de 40 % e 50 % no fim do ano, e não era com Orçamentos deste tipo, e a diferença é só essa!

Houve aqui uma insinuação feia e baixa e custa-me ouvir isto. Isto é baixa política. Aquilo que o Deputado Rui Abrantes aqui fez referência quando se referiu à questão da Residência para Estudantes da ESTGOH, e a insinuação que fez acerca daquele imóvel, isto é baixa política, isto é feio dizer-se ou



insinuar-se. Tenho pena que não esteja aqui presente a Sra. Presidente da ESTGOH, que é vossa Deputada Municipal, e que ele não se manifeste acerca da questão da Residência para Estudantes da ESTGOH. Disso é que eu tenho pena, porque gostaria muito de ouvir a opinião dela, enquanto Presidente de uma escola daquelas e que quer o bem daquela escola e o bem dos alunos, e seguramente que estará de acordo com as obras no hotel para a Residência de Estudantes. Todos nós sabemos das dificuldades que tem havido, e não é só em Oliveira do Hospital, é em tantos sítios deste País, para os estudantes obterem sítios onde fiquem e aos preços vergonhosos que se praticam no mercado. Isso é que é uma vergonha!

É bom para Oliveira do Hospital, é bom para a ESTGOH, que efetivamente existam Residências para Estudantes porque com certeza que dará facilidades de vida a muitos estudantes que possam vir para Oliveira do Hospital. Gostaria muito de ouvir aqui a opinião da Presidente da ESTGOH.

Meus amigos, este é um Orçamento, como se disse, de ambição. O PSD tem estado habituado, nestes últimos anos, a orçamentos deste tipo em Oliveira do Hospital, e este ano é capaz de ser o maior que está a ser proposto.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Perante esta proposta de Orçamento, que ascende a trinta e nove milhões de euros, na nossa opinião, é totalmente irrealista face ao que tem sido o nível de execução efetiva do Município, que nunca atingiu sequer vinte milhões de euros, os Membros desta Assembleia eleitos pela Coligação Unidos Para Construir o Futuro consideram ser completamente exagerado o empolamento que caracteriza este documento.

Aliás, tal tem sido demonstrado e reconhecido formalmente pela própria maioria do Executivo e pelos Membros desta Assembleia, eleitos pelo PS, quando no final de cada ano fazem aprovar o Orçamento retificativo trazendo a previsão da execução para a sua real dimensão de modo a que a taxa de execução face à previsão corrigida seja maior ou igual a 85 % para evitar as tais penalizações decorrentes da lei do Governo de Passos Coelho que foi instituída por causa da Troika e que foi aplicada por causa do Sócrates. Ou seja, com a maioria Socialista à frente do Executivo o Município não tem no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano um documento estratégico e orientador das políticas do investimento que o Concelho precisa tem antes um instrumento de propaganda que promete realizar obra que quando confrontado

com a realidade resulta sempre na mesma conclusão: Sem ovos não é possível fazer omeletes.

Numa análise ao conteúdos das propostas apresentadas os Membros desta Assembleia eleitos pela Coligação CDS-PSD contrariam a opção que o Orçamento resulta de múltiplos debates nos Órgãos Municipais e que bem pelo contrário se encontram previstas intervenções de grande dimensão financeira que têm como objeto qualquer discussão ou debate perante esta Assembleia e que contrariamente à proclamação existente sobre a transparência por parte da maioria Socialista são inúmeras as situações em que essa transparência não se verifica. Desde logo quando é apresentada a proposta de criação das novas instalações da ESTGOH sem qualquer previsão de cofinanciamento externo e sem qualquer referência concreta quanto à localização destas instalações permitindo uma especulação sobre se essa localização já não será nos espaços da atual escola primária e jardim de infância da cidade mas noutra qualquer localização cuja ponderação não foi objeto de discussão no seio do Executivo.

Outra enorme estranheza reside na parte de ser previsto com a verba de 1,7 milhões de euros para as obras nos balneários do Estádio Municipal quando o valor da empreitada era de apenas um milhão de euros e isto quando curiosamente na mesma empreitada de GOP surge logo de seguida um projeto designado por Complexo Desportivo Municipal, ou seja um projeto para equipamentos desportivos construído de raiz nalgum local a definir mesmo que contemple apenas uma verba de 1,5 milhões de euros manifestamente insuficiente para tal pretensão. É um sinal de incoerência na capacidade de estimar o valor do custo para os investimentos a realizar e transmite um sinal de inconsistência e ausência de coesão no seio da maioria do Executivo no sentido em que parece haver perspectivas antagónicas quanto ao que fazer em relação à criação de um equipamento desportivo que permita ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital voltar a competir em relvado natural no seu próprio recinto de origem.

Na mesma linha de incoerência manifestamos surpresa com a descida da revisão de custos, dois milhões e dez mil euros para a totalidade e de apenas dez mil euros, para dois mil e quatro, destinados à construção do Pavilhão Multiúsos mas que é manifestamente insuficiente para um equipamento com esta finalidade numa Sede de Concelho que é a Cidade que se quer afirmar com a sua capacidade de atração de investimentos e grande eventos.

Numa outra dimensão, manifestamos uma enorme estranheza quanto ao conteúdo dos projetos inscritos na medida em que a previsão total de 12,5

milhões de euros e com a previsão de financiamento externo de 12,1 milhões de euros sem a nenhuma garantia de obtenção de tal verba a Câmara Municipal se propõe levar a efeito a construção de habitação a custos controlados e reparação de edificação que além de não ter qualquer correspondência com a estratégia local de habitação que foi aprovada nesta Assembleia Municipal é contraditória com aquela que tem sido a resposta de algum mercado privado. A esse mesmo propósito queremos mostrar a nossa total discordância com esta inscrição nos projetos na área da habitação parecendo querer transmitir a ideia que a Câmara se quer transformar num promotor imobiliário do Concelho e na verdade o verdadeiro objetivo destas inscrições é criar mais políticas de habitação ao nível local que mais tarde se confirmará que são iguais às políticas de habitação a nível Nacional cujo resultado até agora é zero.

Para além de que sendo de facto intenção do Executivo em Permanência avançar com alguns destes investimentos são enormes as dúvidas que a Câmara esteja em condições de se assumir como promotor imobiliário para além da incompetência e ineficácia demonstradas naquilo que lhe compete realmente fazer como é o caso das empreitadas municipais. Exemplos dessa incapacidade de resolver problemas são bastantes. Ou seja, em linha de concordância com o que foi defendido pelos os representantes da coligação PSD-CDS do Executivo também nós, os Membros da Assembleia, afirmamos o nosso total desacordo em relação a esta abordagem demasiado estatizante por parte da Câmara em querer intervir no mercado privado de habitação com estes projetos e também com a criação de cento e trinta e nove camas que pode vir a criar desequilíbrios no mercado de habitação e pode com isso contribuir para a diminuição brusca da oferta por parte da iniciativa privada porque deixa de ser competitiva essa alternativa de investimento e criação de poupanças criando-se aí, sim, uma situação de escassez que depois o investimento público não vai compensar.

Em conclusão, os Membros desta Assembleia Municipal, eleitos pela Coligação Unidos para Construir o Futuro, afirmam que se há alguma coisa positiva que estas propostas de Orçamento e GOP para 2024 evidenciam é ambição. Porém, é uma ambição com muito frágeis expectativas que se venham a concretizar tal é a dimensão da diferença que tem sido registada entre o que se proclama em propostas e o que se consegue em realização efetiva e é isto que tem caracterizado esta maioria no Executivo suportada pelos Membros eleitos pelo PS nesta Assembleia e que têm contribuído para que a atração do Concelho seja cada vez mais evidente face aos demais.

Tendo em conta estas considerações, iremos votar contra este Orçamento e as GOP.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre o Orçamento já foi dito aqui que é um bom Orçamento, um grande Orçamento, um Orçamento muito volumoso, etc, e isso é tudo verdade, tem todas essa qualidades, mas tem efeito estrutural que eu já referi aqui numa reunião, e eu não costumo dizer as coisas fora do contexto. É um Orçamento macrocéfalo. Se formos fazer as contas todas, cerca de 70 % ou quase 80 % do investimento é feito na Cidade de Oliveira do Hospital. E, depois, a malta congratula-se com razão porque há um aumento da transferência de verbas para as Freguesias que passa para oitocentos mil euros. Se tivermos em atenção o volume no Orçamento, que são quarenta milhões de euros, isso significa que as Freguesias têm apenas 2 %. Ora, isso parece que é, e isto é obvio, mas contraria aquilo que foi dito aqui e vou dar como um bom exemplo e que foi o caso de Penalva de Alva. Penalva de Alva teve dinheiro e foi capaz de concretizar e eu tenho a certeza absoluta que se todas as Freguesias tiverem dinheiro são capazes de concretizar obras importantíssimas para as suas localidades. Portanto, nós precisávamos que o Município nos desse essa confiança: Vocês são capazes de fazer e, por isso, vamos apoiar. Vamos ter mais um Orçamento e espero que isso seja tido em atenção.

O Deputado Raul Dinis também dizia que votava a favor porque havia obras contempladas no Orçamento para a sua Freguesia e, por essa ordem de razões, eu tinha que votar contra porque não há nenhuma obra para a minha Freguesia. Nas dezasseis Freguesias se calhar há treze Freguesias que votavam contra porque não há nenhuma obra para as sua Freguesias e eu creio que essa não é a lógica mas era importante que o Orçamento contemplasse pelo menos uma obra para cada uma das Freguesias.

Acho que é um Orçamento com alguma ambição e o Sr. Presidente já justificou que há programas em que só é possível ir buscar as verbas para as cidades mas devia existir um programa alternativo que possa ser usufruído pelas treze Freguesias e eu creio que isso é possível.

Dizer ainda que a formula para a distribuição das verbas para as Freguesias está desatualizada e precisávamos de ter uma verba igual para todas as Freguesias e, depois, ter um fundo estrutural, para as Freguesias terem projetos e obras até um determinado montante e para poderem recorrer a esse

fundo estrutural e também um outro fundo paralelo que permita o fornecimento de materiais para todas as Freguesias, nomeadamente material para construção e resolução de problemas, porque tudo o que se fizer nas aldeias e tudo o que se fizer nas nossas localidades é bom para quem lá vive e é bom para o Concelho.

Em relação ao dinheiro para a recolha dos lixos também foi reforçada a verba mas, na minha opinião, o problema não é a verba, é os critérios. Na minha opinião os critérios precisavam de ser corrigidos.

Relativamente à Estratégia Local de Habitação dizer o seguinte: Há muitas verbas mas creio que é urgente fazer uma reunião com as Freguesias para explicarem porque em todas as Freguesias há casas para recuperar. Fizemos um levantamento em cada localidade da nossa Freguesia, e não me orgulho nada do que vou dizer, e havia cento e cinquenta casas devolutas. Como já foi aqui dito isto merecia um programa específico para a recuperação dessas casas para poderem ser habitadas por jovens.

Dar-vos ainda a informação que o Lar da Terceira Idade, que está no projeto PARES, está em condições de começar a ser executado e a Câmara Municipal emitiu a licença de obra e estamos em condições de começar o projeto mas é evidente que olhando para o Orçamento fico um bocadinho preocupado porque vamos ter um apoio estatal de um milhão e quatrocentos mil euros e a obra foi adjudicada por dois milhões e oitocentos mil euros e isso significa que há aqui uma diferença de verba de um milhão e quatrocentos mil euros que tem de ser repostas. Não quero que seja o Município a cobrir esse um milhão e quatrocentos mil euros, se o fizesse não fazia mais do que já fizeram outras Câmara aqui à volta.

Ter no Orçamento trezentos mil euros para apoiar os projetos da ARCIAL e da Bobadela que são quase de vinte milhões de euros acho que é muito pouco.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rui Paulo Martins Monteiro que fez a seguinte intervenção:

“Efetivamente em dois mil e onze o PSD ganhou eleições legislativa e efetivamente a Troika veio mas convinha que os Srs. Deputados verificassem, quanto mais não fosse na Wikipédia, uma coisa simples, uma frase: “crise da dívida soberana”. Se conseguirem chegar à crise da dívida soberana e à forma como ela afeitou os Países da Europa, nomeadamente todos os Países da Europa do sul, e não consta que o Sócrates fosse Primeiro-Ministro de Espanha, fosse Primeiro-Ministro de Itália ou fosse Primeiro-Ministro na Grécia, parece-me

que só foi cá, mas se eventualmente conseguirem ler o que foi a crise da dívida soberana conseguem perceber o que é, e o que foi, e a necessidade da Troika.

Depois, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, João Abreu, e com a amizade que tenho por si, mas oitocentos mil euros em relação a quarenta milhões de euros são 5 %, e não são 2 %, mas ainda assim devo dizer-lhe que concordo consigo porque é pouco, e dou esse recado ao Executivo.

Agora, dizer o seguinte, e vou dirigir-me especificamente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, não lhe diria que o Senhor está endiabrado, mas devo dizer-lhe que tem um atrevimento que não lembra a ninguém por chegar aqui e apresentar-nos um Orçamento ambicioso, apresentar-nos um Orçamento que ataca e vai de encontro àquilo que são as necessidades do Concelho e das populações do Concelho. O Senhor consegue isso de forma evidente e consegue pedir meças a qualquer outro Município desta zona, e se calhar da Região Centro, em relação àquilo que é o nível da distribuição de recursos financeiros do Município, e isso é muito, muito, importante.

É importante percebermos que isto é um Orçamento que efetivamente ataca o que são as necessidades principais da população, extremamente importante e com verbas muito relevantes ao nível da Ação Social, do apoio aos jovens, do apoio à habitação, do apoio aos idosos, do apoio à família, do apoio às empresas, do apoio às acessibilidades, do apoio ao associativismo, do apoio à saúde, do apoio ao desporto, do apoio ao empreendedorismo, estão cá, e estão cá aquelas que são as possíveis mas são aquelas que o Senhor entende que poder ir buscar e não aquelas apenas que tem a certeza mas aquelas que também quer ir buscar e captar e por isso o Orçamento ser ambicioso. Mas ser ambicioso não é ser irrealista, quanto muito, será exigente, e é importante este reforço de 30 % às Freguesias para apoio às despesas de investimento. Assim como é importante que não haja diminuição de qualquer verba em termos de apoios, por exemplo, ao associativismo, ao desporto, e não existe qualquer tipo de corte independentemente daquilo que são os constrangimentos financeiros da própria autarquia naturais e relacionados com aquilo que é a situação nacional e a situação internacional que vivemos.

Obviamente que o Orçamento é, antes de um Orçamento contabilístico, e não me parece que seja importante estarmos aqui hoje a discutir contas de mercearia, porque o que devemos estar a fazer é efetivamente a discutir o que este documento nos diz. É importante perceber o que o documento nos diz e o que nos dizem as pessoas que estão aqui e as pessoas que não estão aqui hoje porque é curioso, e já se falou aqui nisso, e certamente por acaso a Sra.

Deputada da Coligação, que é simultaneamente Presidente da ESTGOH, não está presente, e não é para não votar este Orçamento, porque se aqui estivesse votaria este Orçamento e votaria este Orçamento como? Teria coragem, perante esta Assembleia, e perante os Oliveirenses, de votar contra o que este Orçamento significa para a instituição a que preside?

Como também é uma curiosidade extraordinária, no momento em que se discute e vota o Orçamento, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião não esteja! No ano passado todos o criticaram porque foi o único Presidente de Junta a votar contra o Orçamento. Como é obvio está no seu direito mas, então, deveria estar aqui, hoje, e fazer o mesmo, para ser coerente, porque não estar e abandonar, e já o disse aqui noutras circunstâncias neste púlpito, é praxe dos cobardes.

Para finalizar terminarei com a expressão que não é minha mas que me apropriado, ainda assim citarei a autora: Sr. Presidente da Câmara Municipal, creio que, tal e qual como disse hoje na sua intervenção a Deputada Bárbara Serra, com este Orçamento não há dúvida que o ano de dois mil e vinte e quatro vai ser um ano que promete.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Algumas notas telegráficas: Disse-o na apresentação, e já antes o tinha dito, creio que na revisão ao Orçamento, assim como o disse na reunião com os Srs. Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia, que toda a folga orçamental que for gerada pelo Município irá ser fortemente afeta ao objetivo descentralização. Ou seja, quanto mais recursos tivermos libertos mais reforçaremos a componente descentralização de meios financeiros para as Juntas de Freguesia.

A segunda nota diz respeito, e eu digo isto para clarificar e para não ficarem dúvidas de qualquer natureza, foi aqui dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que Penalva de Alva teve dinheiro para concretizar e deem-nos também dinheiro para concretizar. Eu queria esclarecer que o investimento que foi feito pela Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, que resultou da transferência de verbas, que todas as Juntas recebem, e que a Junta de Freguesia acumulou para reabilitar aquelas casas e não teve nenhum tratamento de preferência. Foi uma opção de gestão, acumulando verba para aplicar na reabilitação daquelas duas ruínas e criar duas habitações. Foi uma opção que eu elogiei porque acho que foi uma

boa medida, e eu disse que era um bom exemplo e não disse sigam este exemplo, porque cada um faz a sua opção de forma livre e autónoma como se impõe no poder local.

Por último e sobre realização de obras: Já fomos aqui apupados de tudo: incapazes, incompetentes, não sérios e que não sabíamos gerir obras públicas.

Quero mostrar-vos as seguintes notícias, e que dizem o seguinte: “*Obras no centro de Coimbra com grande atraso*” e ainda “*Falta de trabalhadores é a razão do atraso nas obras em Coimbra*”. Tenho a expectativa que nenhum destes adjetivos só se aplique a nós e que não sejam aplicados às obras que decorrem no centro de Coimbra, porque como veem e com certeza quem adjetivou aquilo que se passa em Oliveira do Hospital, como adjetivou, e se comparar com isto que acontece em Coimbra, mas podíamos ir a outros locais, com certeza que não querem chamar os responsáveis por estas obras como chamaram o Executivo do Município de Oliveira do Hospital.

Para terminar com uma nota de boa disposição, quanto à intervenção rápida e apressada do porta voz do PSD, apeteceia no bom ambiente de final de ano dizer isto: Qualquer dúvida, ou permanência dos sintomas, consulte o seu médico ou farmacêutico. Faltou esta frase na última intervenção do representante do PSD.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, constituída pelas Grandes Opções do Plano, para os anos de 2024/2029; o Orçamento da Receita e da Despesa para 2024 e o Plano Orçamental Plurianual e ainda a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2024, que nos termos do art.º 5.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e do n.º 4 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de Orçamento, que foi aprovado por maioria, com 4 votos contra.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento Municipal de



Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Este Regulamento Municipal, que foi aprovado na Câmara Municipal e sobe agora à Assembleia Municipal, destina-se a incentivar a fixação e manutenção dos Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital para Médicos que exerçam as suas funções no Concelho há dois anos, ou menos, tem efeitos retroativos, e se desloquem frequentemente para o desempenho dessa mesmas funções e sejam titulares de vínculo laboral pelo período de três anos, ou por período inferior, nos casos em que tal não seja legalmente admissível, e assumam disponibilidade para cumprir um horário de trabalho a tempo inteiro.

Os apoios são atribuídos ao Médico pelo prazo de três anos, quatrocentos euros mensais para comparticipação de rendas de habitação e também comparticipação de despesas de deslocação até ao limite máximo de trezentos euros por mês para aqueles que se desloquem do exterior para Oliveira do Hospital.

A dotação inicial prevista e inscrita no Plano e Orçamento são vinte e cinco mil euros. Dizer também que foi dialogado com o Sr. Coordenador do Centro de Saúde e o com o Sr. Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, que quando foram publicitadas as vagas também já na altura fazia alusão que o Município de Oliveira do Hospital tinha um Regulamento para apoio à fixação e incentivo à vinda de Médicos para Oliveira do Hospital, ou seja, funcionar como um reforço para o preenchimento das quatro vagas abertas para o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. João Alberto Garcia de Abreu, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar contra porque a Câmara Municipal está a substitui-se a um papel que deve competir ao Governo. É ao Governo que compete este papel.

O que é que o Governo tem feito aos Médicos Portugueses? Tem os tratado muito mal, tem os depreciado, não tem criado incentivos para que eles venham para a periferia exercer a sua profissão, e não é com “paninhos quentes”, que a Câmara vai agora arranjar, que se resolver o problema.

É voltar às origens do Serviço Nacional de Saúde, tal como queria o Dr. António Arnaut, e esse é que é o princípio, e, na altura, os Médicos vinham para a periferia e fazia parte da sua formação e fazia parte do seu compromisso com o Estado, porque o Estado financia os seus estudos, virem, pelo menos durante dois anos, para a periferia, e é isso que tem de voltar a acontecer. Os Médicos têm de ter incentivos para exercerem a sua profissão onde são necessários.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Miguel Guedes Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, é verdade que é uma competência do Governo colocar Médicos nas Extensões de Saúde ao serviço da população mas não podemos votar contra esta iniciativa da Câmara Municipal.

Os nossos votos é que na realidade essa verba não seja suficiente, vinte e cinco mil euros, porque era sinal que os Médicos aceitavam esse incentivo e queriam mesmo vir para cá.

Apenas com uma salvaguarda: Deveria haver aqui um compromisso, no nosso entender, por parte desses mesmo Médicos, que deveriam permanecer cá durante três anos, mas de alguma forma esse prazo poder ser prorrogado ou estes apoios, mesmo que minimizados, pudessem de alguma forma converter-se em efetividade desses mesmo Médicos e quem sabe, por exemplo, estimulando-os a contribuir também na Fundação com algumas horas e, se fosse caso disso, sabendo nós que a gestão da Fundação está entregue ao Conselho de Administração. No entanto, também não sei se é do conhecimento de todos, mas parece que a própria Fundação não conseguiu garantir o funcionamento do Serviço de Urgência, o tal que funciona a partir das oito da noite, na noite de consoada e só reabriu no dia vinte e seis, de manhã, e segundo se consta está previsto também isso para a noite de ano novo, e, por isso, é com bons olhos que vemos esta iniciativa, e vamos votar favorável.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca que fez a seguinte intervenção:

“Acho que é uma medida importante que o Município faz para a fixação de Médicos.

No entanto gostava de deixar duas reflexões sobre isto: Há aqui um problema de fundo com os Médicos e Enfermeiros que é da responsabilidade do Governo.

Agora, meus amigos, Portugal é um dos Países que mais Médicos per capita tem, é um País que mais gasta na Saúde, e alguma coisa não anda clara, e é evidente que tem que se fazer algo mais profundo para mudar.

O Município está a fazer o seu papel, que é fixar os Médicos, e é importante que isso aconteça e esperamos que tenha resultados.

Naturalmente que vamos votar favoravelmente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Rui Abrantes dizer-lhe que no artigo 5º, n.º 2, já está previsto que os apoios possam ser prorrogados pelo período de um ano mediante deliberação fundamentada pela Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação e Manutenção de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por maioria, com 1 voto contra.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero desejar a todos um bom ano para dois mil e vinte e quatro.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

---

(Segunda Secretária)

---